

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE MEDICINA
CURSO DE PSICOLOGIA



Trabalho de Conclusão de Curso

SOBRE O EUCLASURAMENTO
Políticas de Subjetivação e o Fascismo na Governamentalidade

Moisés José de Melo Alves

Pelotas, 2016

Moisés José de Melo Alves

**SOBRE O EUCLASURAMENTO:
Políticas de Subjetivação e o Fascismo na Governamentalidade**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Édio Raniere

Pelotas, 2016

Moisés José de Melo Alves

SOBRE O EUCLASURAMENTO:
Políticas de Subjetivação e o Fascismo na Governamentalidade

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, Curso de Psicologia, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. (Orientador)

Doutor em pela Universidade.....

.....
Prof. Dr.

Doutor em pela Universidade.....

À Carol, se a ampulheta do existir revirasse mil vezes, ao teu lado navegaria mais uma vez.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, ao que nos consta, o inventor do café. Sem a divina bebida, não haveria TCC;

Aos familiares próximos que tanto sofrem de ausência. Em especial à Ana Maria e ao seu Zé, à Ana Laura, ao Matheus, à Vó Lazinha, Vó Laura e Vô José;

Aos demais familiares. Em homenagem à memória do amado Vô Amado e da querida Vó Maria;

Aos amigos psi que sempre caminharam junto, fazendo dela, a caminhada, a trilha das sutilezas: Láis, Mari, Ray, Will, Clíta, Diego, Jéka agradecido;

Aos meus amigos de casa, Batalha, Léo e Felipinho. Aos bolos da Gabi;

Agradeço à primeira turma do Curso de Psicologia da UFPel;

A todos os professores. Especialmente à Prof^a Cynthia pelas trocas e espaços concedidos;

À Prof^a Jana que gentilmente aceitou o convite de participar da banca, e por todo o carinho e suavidade de nossos encontros;

Ao orientador, e há tempos, mestre/amigo Prof. Édio;

Ao nosso grupo “Vaga-lume Que Vem”;

Aos devirantes;

Ao Levante!;

Ao Calvino;

À (r)existência TECSOL;

A todos que de algum modo estiveram presentes durante esses 5 anos;

Ao meu amor.

Imensamente grato.

Para conhecer os vaga-lumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores.

Didi-Huberman

Ser de esquerda, a partir de então, significa acompanhar as linhas de fuga em todos os lugares em que elas são pressentidas; tentar, custe o que custar, conectá-las àquelas que nos abalam; favorecer assim a efetuação do possível em todos os lugares em que emerge.

Gilles Deleuze

Resumo

ALVES, Moisés José de Melo. **Sobre o Euclausuramento: Políticas de Subjetivação e o Fascismo na Governamentalidade**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Psicologia, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, 2016.

O presente trabalho se debruça sobre as políticas identitárias. A partir de nossas experiências nos estágios de psicologia institucional e de promoção e prevenção à saúde, realizados junto à coordenadoria municipal de saúde mental, o Trabalho de Conclusão de Curso segue a problemática proveniente da seguinte questão: quais as condições de possibilidade que fazem emergir o “Euclausuramento” como dispositivo estratégico à governamentalidade capitalística? Os métodos utilizados são a cartografia, através de uma personagem conceitual, e a genealogia, para tentar ajudar a responder quais as práticas que forjaram/forjam o nosso objeto de pesquisa, esse modo de estar no mundo. Vale ressaltar que com essa metodologia não pretendemos representar a realidade, tampouco criar verdades universais. Nesse sentido, alicerçados pelo pensamento de Foucault, Deleuze, Guattari, Rolnik, Agamben, Nietzsche, entre outros, nossa pesquisa busca também colocar em questão o saber/fazer do profissional psicólogo, principalmente no que concerne ao trabalho com políticas públicas de saúde mental. Nesse movimento, visamos observar o funcionamento do Euclausuramento a partir do agenciamento das estratégias da biopolítica contemporânea às políticas identitárias da governamentalidade. Em meio a essa maquinaria, por fim, ainda procuramos por suspeitas, indícios, pistas de como fazer política não identitária.

Palavras-chave: euclausuramento; biopolítica; políticas públicas; governamentalidade.

Abstract

This work focuses on identity politics. Based on our experiences during internships on Institutional Psychology and on Health Promotion and Prevention, both completed at the municipal coordinating body of mental health, this capstone paper approaches the problematic from the following main question: what are the conditions of possibility that gave emergency to the “Euclausurament”¹ as dispositive of the capitalistic governmentality strategies? The methods used are cartography, through a conceptual character, and genealogy, trying to help us to answer which practices forged/are forging our research object, this mode of being on the world. It is important to reinforce that we do not intend to represent the reality nor create universal truths through this methodology. In this way, grounded by thoughts of Foucault, Deleuze, Guattari, Rolnik, Agamben, Nietzsche, among others, our research also sought to question the professional psychologists’ know-how, especially in terms of working with public policies of mental health. On the present paper, we aim to observe the functioning of the “Euclausurament” from the agency of the strategies of contemporary biopolitics with the governmentality of identity politics. Finally, in the midst of this machinery we still look for suspicions, indications and clues on how to execute not identity politics.

Keywords: euclausurament; biopolitics; public policies; governmentality.

¹ Tradução livre.

Sumário

Introdução.....	10
Problema.....	12
Metodologia.....	13
Capítulo 1.....	16
Dos Ares Mais Irrespiráveis.....	18
Capítulo 2.....	35
Do Consultório Político.....	39
Capítulo 3.....	51
À Noite dos Vaga-Lumes.....	53
Considerações Finais.....	65
Nenhum Olhar é Estável.....	66
Referências Bibliográficas.....	72

Introdução

- Amanhã será o dia do caminhão de frutas, graças a Deus - pensa consigo Jesu deitado no desgastado colchão à beira da cama. Os sucos e os deliciosos sacolés da dona Regina haviam acabado há dias, embora o calor continuasse intenso. Adormecer sem ventilador tem sido praticamente impossível. Apesar disso, hoje, o corpo cansado do longo dia de trabalho não conseguiu reunir forças para se levantar e ligá-lo. Assim, mesmo com a pele suada, o menino logo pega no sono.

Acostumado a dormir em qualquer lugar, Jesu nem percebe o ranger da porta, o quarto se iluminar, o tropeço no ventilador desligado, e, por conseguinte, o quase toque em sua perna do menino que o acolhia. Henrique chega desordenado e precisa terminar de arrumar sua cama para o também merecido descanso. O rapaz é um antigo conhecido de Jesu. Costumavam se encontrar em algumas oficinas do Caps Álcool e Drogas (Caps AD)² no centro da cidade. Imersos em um sono profundo, se encontrarão apenas no dia seguinte.

Ao nascer do sol, Jesu acorda e prepara o café. Como de costume, se serve na gasta caneca do Xavante³, deixando-a suja para provocar o patrão. Desse modo, no almoço nunca falta conversa. Jesu foi acolhido por Henrique, um estudante de ciências sociais que fazia seu estágio final no Caps AD. Este, com muito custo, conseguiu convencer seu avô, patrão de Jesu e dono da caneca, a deixar Jesu morar com eles por um tempo, sob a desculpa de que o menino trabalharia melhor se não precisasse dormir nos fundos da Associação.

Jesu sempre acorda cedo nesse dia, pois gosta de participar das aulas de filosofia da sua professora de História. Bel, como é conhecida a professora, além das aulas de sua especialidade, quebra um galho nas de filosofia. Mesmo na condição de interina, conseguiu permissão para que Jesu assistisse as aulas com a turma do Ensino Médio, já que no supletivo não há espaço às questões mais filosóficas. Há apenas uma prerrogativa para isso, que o menino participe do grupo

² Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. Equipamento de alta complexidade da Rede de Atenção Psicossocial (Raps).

³ Xavante é o apelido carinhoso do Grêmio Esportivo Brasil. Um famoso clube de futebol do interior gaúcho, muito popular na cidade de Pelotas-RS.

de adolescentes no CRAS⁴ do bairro. Tal combinação foi elaborada entre o menino, a assistente social, a direção do colégio e mais tarde pelo coletivo formado pela turma.

O início da primavera trouxe consigo as costumeiras flores e um incompreensível calor, de modo que as aulas de filosofia passaram a aproveitar da gostosa brisa matutina da lagoa. Como boa filha de pescador, Bel gosta de levar seus alunos para fora da escola, principalmente para a beira da lagoa, com o argumento de que o ambiente sala de aula é por demais disciplinado, nada adequado para aulas que tem por intuito despertar o pensamento.

Ao assumir provisoriamente a matéria, no início do terceiro bimestre letivo, Bel e os alunos elaboraram um embasado documento justificando a importância das aulas para além dos muros da escola. Assim, o encaminharam para a direção. Não houve sequer resposta. A partir de uma reunião/assembleia – fora do horário de aula – criaram um abaixo assinado para obterem a permissão junto ao diretor. Novamente tal movimentação não o sensibilizou. No entanto, o posicionamento não foi recebido com alegria pelos estudantes que organizaram uma semana de paralisação geral. Mesmo cansados, finalmente, uma longa reunião. O movimento “Aula ao ar píer” não possuía líderes – ponto de grande revolta da direção –, de modo que a plenária se estendeu por toda tarde. Com o relógio apontando quase seis e meia, o querido diretor teve que ceder, visto que a história da greve estudantil já estava quase chegando à cidade.

Dessa forma, após o café, Jesu se dirige ao píer. Lá encontra com a turma no momento da chamada. Como essa pauta de não ter chamada foi censurada pela escola, coube ao movimento instituir a sua própria maneira de realizá-la. Embora mais extensa, o coletivo decidiu que cada um deveria trazer de casa uma citação para debaterem sucintamente. Irrisoriamente, a chamada tornou-se a aula em si, e assim passavam o começo da manhã.

Jesu não ficou de fora, contribuiu com o debate com um trecho de um livro de história que estava lendo para realizar um trabalho da disciplina do supletivo. A citação era de um autor desconhecido, falava acerca do princípio da divisão dos Estados, de modo que ele trouxe apenas uma síntese. Dizia assim: “[...] quando se consegue respirar sem oxigênio, tendo compreendido, em última análise, que era

⁴ Centro de Referência da Assistência Social.

com ele que nós sufocávamos” (ZOURABICHVILI, 2000, p. 355). Curiosos, os alunos quiseram saber qual o nome do livro e onde Jesu o havia encontrado. Jesu os respondeu dizendo que havia pegado o livro na biblioteca do Caps AD, cujo título do capítulo era “Dos ares mais irrespiráveis”. Os alunos anotaram, bem como Bel, e após um curto período de debate, passaram às demais citações da chamada.

As calmas ondas da lagoa continuavam a trilha sonora, já que os pássaros cantavam distantes. O sol estava mais forte, informando que o *chronos* escolar findou os primeiros dois períodos dessa manhã. Após o intervalo, os estudantes deveriam estar prontos e devidamente comportados às posteriores aulas de matemática, biologia e física. Com isso, os alunos voltaram para a escola, que fica a dois quarteirões da entrada do píer. Jesu tomou o caminho de casa, além de fazer comida, precisava se trocar para o trabalho. Bel pegou o rumo do ponto de ônibus, logo após o almoço começa sua aula do mestrado.

Caro leitor, você deve estar se perguntando: Por que ler uma história que começa e não descreve ninguém? Quem é Jesu? Como ele foi parar na casa de um estudante em um bairro de pescadores afastado da cidade? Quem são os alunos que brigam para ter aula de filosofia?

Primeiro, procure respirar. Pedimos desculpas, pois o nosso processo de escrita não consegue acompanhar a velocidade de sua curiosidade. Precisamos, antes de mais nada, lhe apresentar a problemática de nosso trabalho.

Problema

A presente pesquisa segue a problemática proveniente das seguintes questões: Quais as condições de possibilidade que fazem emergir o “Euclausuramento” como dispositivo estratégico à governamentalidade capitalística? E alicerçados por pensadores como Foucault, Deleuze, Guattari, Agamben, Nietzsche, a escrita buscará o levantamento de pistas, suspeitas da segunda: em meio ao Euclausuramento das políticas de subjetivação, haveria modos de criar condições para que os singulares processos estabeleçam uma relação ética, estética e política com o mundo?

Metodologia

A metodologia utilizada para a produção deste trabalho de conclusão de curso (TCC) encontra-se à deriva. Na letra Z do abecedário⁵, do zigue-zague da mosca, Deleuze nos apresenta o precursor sombrio que está por traz de todo processo inventivo. É ele quem risca o fósforo do clarão do raio. Nesse sentido, como estamos sob o efeito das marés de linguagem, do poder disciplinar, da biopolítica e com a casa de máquinas do barco em chamas – visto que estamos desnaturalizando o poder capitalístico – o nosso precursor, o verbo menor, é o *Navegar*.

Não sabemos quem iniciou o incêndio na casa de máquinas. O que podemos afirmar é que estas labaredas vem nos impelindo a um certo desassossego com o fogo. Talvez tenha sido até mesmo o precursor que por pura zombaria riscou a pólvora no lugar errado. No entanto, não buscamos exatamente esse fogo – com o qual dizem que deveríamos nos preocupar. É um outro tipo de luminosidade que pretendemos encontrar.

Assim, assemelhando as aventuras das caravelas, os mapas estão por vir. Contudo, ao invés de catequizarmos os nativos, iremos utilizar a sua máquina de guerra antropofágica para compor a nossa cartografia náutica, como cita Suely “O cartógrafo é antes de tudo um antropófago.” (ROLNIK, p. 2014). Portanto, temos aqui o primeiro perfil metodológico, a cartografia, a partir do precursor navegar.

São as **várias máscaras do cartógrafo**. “Cartógrafo”, quando queremos enfatizar que ele não “revela” sentidos (o mapa da mina), mas os “cria”, já que não está dissociado de seu corpo vibrátil: pelo contrário, é através desse corpo, associado a uso molar de seus olhos, que procura captar o estado das coisas, seu clima, e para ele criar sentido. “Psicólogo social”, quando queremos lembrar a indissociabilidade entre o psíquico e o social em sua concepção. “Micropolítico”, quando queremos chamar a atenção para o caráter imediatamente político de sua prática, entendida como análise da produção de subjetividade (ROLNIK, 2014, p. 71).

Dessa forma, navegaremos com essas três máscaras. A primeira é a do navegador/cartógrafo, quando nos for solicitado a desenhar essa carta náutica que nos pede passagem, sempre levando em consideração o regime das marés. Vez por

⁵ **Part Z - Abecedário Deleuze.mpg**. Abecedário Gilles Deleuze. Realização de Pierre-André Boutang. Entrevista feita por Claire Parnet, foi filmada nos anos 1988-1989. Tradução e Legendas: Raccord. 4'30", 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FPp8uC2WqYc>. Acesso dia 29/11/2015.

outra, passaremos a jogar a rede a fim de fisgar conceitos à construção antropofágica desse mapa em devir. Em suma, mapear as políticas de Euclausuramento. A segunda é a de Navegador/Psicólogo social. Estejamos atentos às sutilezas da sociedade do controle para não cairmos em sua armadilha: psíquico e social não são marés distintas. Já a terceira, Navegador/Micropolítico, as fortes correntezas políticas atuam o tempo todo na produção de subjetividade, sendo essa a máscara, portanto, a nos ajudar quanto à análise imediatamente política.

O segundo movimento metodológico, e não menos importante, é o da genealogia. Conforme cita Prado Filho (2014)

O método genealógico, como é de conhecimento dos leitores de Foucault, volta-se centralmente para a análise de práticas e relações de poder [...] apontar proveniências e emergências históricas de algumas práticas pertencentes a tradições diversas [...] passando a funcionar ali em regime de regularidade científica [...] (p. 107).

Desse modo, alicerçados pela análise do jogo político de forças pretendemos navegar em busca da emergência histórica e o funcionamento do que fisgamos por “Euclausuramento”, quais as práticas que o forjaram/forjam e a partir dessa análise pensar caminhos de abertura de novos possíveis. Assim, com esse método não tentaremos representar a realidade, ou produzir verdades universais, “Por outro lado, a genealogia estaria mais próxima dos gêneros literários menores, das histórias de detetives. Não há nada a buscar por detrás das aparências, a não ser traços; indícios de passagens [...]” (PRADO FILHO; LOBO; LEMOS, 2014, p. 30).

Com esses dois procedimentos, ousadamente, pensamos com Deleuze (2013a) em utilizar do Navegar para contribuir com mais um mapa ao diagrama,

A história das formas, arquivo, é duplicada por um devir de forças, diagrama. É que as forças aparecem em “toda relação de um ponto a outro”; um diagrama é um mapa, ou melhor, uma superposição de mapas. E de um diagrama a outro, novos mapas são traçados. Por isso não existe diagrama que não comporte, ao lado dos pontos que conecta, pontos relativamente livres ou desligados, pontos de criatividade de mutação, de resistência; e é deles, talvez, que será preciso partir para se compreender o conjunto. É a partir das “lutas” da época, do estilo das lutas, que se pode compreender a sucessão de diagramas ou seu re-encadeamento por sobre as descontinuidades (DELEUZE, 2013a, p. 53).

É o movimento genealógico que nos ajuda a colocar nossa questão: quais as condições de possibilidade que fazem emergir as políticas identitárias nas táticas de governo?

Dessa forma, a partir de nossas experiências nos estágios de psicologia institucional e de promoção e prevenção à saúde, realizados junto à coordenadoria municipal de saúde mental, utilizaremos de uma personagem conceitual, o Jesu, para nos ajudar com a tarefa da produção de nosso mapa. Com isso, pretendemos navegar por algumas marés do Euclausuramento a fim de procurar indícios de sua genealogia; colocar em questão o saber/fazer do profissional psicólogo; e por fim, suspeitar o fazer política não identitária em meio às estratégias da clausura do Eu na governamentalidade.

Capítulo 1

Antes de retornarmos a Jesu e sua trupe, precisamos saber se você está devidamente preparado. A navegação será longa. Por favor, confie. Pegue a melhor coberta e se ajeite na poltrona. Diferentemente do conto, faz bastante frio enquanto escrevemos. Pois bem, se estiver bastante confortável, prossiga. Caso contrário, refazemos o convite, a boa leitura é cercada de sabores. Recheie o bolo, tempere a comida. Na verdade, antes de seguir adiante, faça mesmo um chocolate quente.

No caminho para casa, Jesu declama o nome de cada barco ancorado no cais que faz divisa com a rua de terra da colônia de pescadores. Pensava consigo se um dia poderia ter a chance de colocar um nome que gostasse em qualquer um deles, embora nem soubesse qual. O menino fazia esse trajeto toda quinta de manhã ao voltar das aulas do píer.

Ao chegar em casa, para sua surpresa, o almoço já havia sido preparado. Novamente seu patrão resmungou sobre a sua caneca preferida: “Jesu, de novo, toda vez a mesma coisa, ainda bem você faz seu trabalho direito”. Ao invés de ficarem trocando farpas, o senhor trouxe consigo um surrado álbum de fotos, do tempo em que Henrique usava fraldas. Assim, perguntou a Jesu se ele estava com pressa e o convidou para o olharem juntos.

O tempo virou desde o amanhecer, de modo que seria difícil algum barco sair para a pesca. Dessa forma, Jesu prontamente aceitou, e se acomodou à mesa. A primeira foto trouxe consigo as feições bem mais novas do patrão e de Bel. A professora de História é sobrinha do seu Souza, assim que o velho é chamado na Lagoa. Na desgastada fotografia, seu Souza estava entregando peixes para o almoço de Natal da primeira turma que se formou no antigo colégio da colônia, da qual Bel fazia parte. Escola esta que Bel voltou para lecionar, e que hoje abriga o supletivo de Jesu.

Nesse momento, Henrique aparece bocejando na cozinha. Diferente de Jesu e de seu Souza, este costuma levantar tarde. Coçando os olhos, Henrique também passou a interagir com o álbum de fotos. Para tal, puxou uma cadeira e pegou uma caneca de café, mesmo aos protestos do velho que dizia que Henrique não iria conseguir almoçar.

A amizade vinda do atendimento no Caps AD fez com que Jesu fosse morar junto a Henrique e seu Souza. Com o término do período de moradia de Jesu na Unidade de Acolhimento Infanto-Juvenil (UAI)⁶, o menino não teria para onde ir, sendo que o estudante, sensibilizado com a situação, convenceu seu avô de que ele precisava de um ajudante, pois a avó estava acamada e ele já não era mais nenhum garoto.

Outro fator importante que sustentou a ida de Jesu à lagoa foi a justiça. Além de comprometer Jesu a participar uma vez por semana da oficina sobre múltiplas drogas no AD, o juizado da infância e juventude ordenou que ele cumprisse medida em algum Cras do município. Assim, a assistente social do AD considerou interessante a proposta desse cumprimento ocorrer no centro de referência da colônia dos pescadores. Com a sentença em mãos, Jesu sob os cuidados da assistente social, foi morar na Associação de pescadores, até que Henrique conseguisse convencer o seu Souza.

À mesa, os três seguiram rindo e conversando sobre as memórias do álbum ao longo do restante da manhã. Enquanto o caminhão de frutas não chegava, Jesu reconheceu Bel em uma das fotos. Esta estava nos ombros do seu Souza. O velho patrão usava óculos escuros no estilo aviador e cabelos compridos, enquanto que a pequena Bel vestia a camisa rubro-negra do time do coração de ambos, o que facilitou o reconhecimento.

A professora de História necessitou adquirir durante a graduação uma fascinante capacidade de ler aos solavancos da estrada de chão batido que liga a afastada colônia de pescadores ao centro da cidade. O trajeto de ônibus até o campus dura em média uma hora, isso nos dias bons. Tempo que não pode ser desperdiçado. Agora, professora na rede estadual e mestranda, Bel distribui suas viagens entre preparação de aulas e leitura dos textos da dissertação. Dessa forma, geralmente quando o sol começa a apertar, ela libera seus camaradas – foi deliberado em assembleia na época da greve que os integrantes deveriam se tratar por camaradas, para não ter relação de hierarquia no grupo – e parte para a jornada de imensos buracos até o centro.

Porém, hoje, o trajeto foi mais demorado, visto a forte chuva que se formou durante a manhã. Sim! Você entendeu corretamente. O caso, querido leitor, é que

⁶ Unidade de Acolhimento Infanto-Juvenil. Equipamento de alta complexidade da Raps, vinculada ao programa ministerial “Crack é possível vencer”. <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/index.html>.

estamos no extremo sul e à beira da lagoa, os ventos fazem com que o tempo fique desordenado por aqui. Não é a toa que a professora de História tenha chegado ao restaurante universitário toda encharcada e com grande atraso, visto a forte pancada de chuva ao longo do caminho.

Com os ponteiros se aproximando do meio dia, e trovoadas ao fundo, Jesu, Henrique e seu Souza desistiram de esperar pelas frutas e almoçaram o ensopado de pescada que o velho havia preparado. Por ter dormido mal na noite anterior, Jesu estava mesmo com vontade de cochilar, ainda mais com a garoa fina que caía. Assim, agradeceu aos céus por estar chovendo, nem se atrevendo a perguntar para seu Souza se zarpariam. Quando estava quase deitando no colchão, Henrique o convidou para dar uma caminhada. Como gostava de conversar com ele, Jesu aceitou.

Logo ao saírem de casa, avistam um belo arco-íris. Este havia se formado na lagoa, de modo que se dirigem à praia a fim de admirá-lo mais de perto. Chegando na areia, se depararam com um pequeno grupo de estudantes do “Ao ar píer” que estavam conversando sentados no chão molhado. Ao se aproximarem da roda, uma das meninas gritou em direção a ambos, inquirindo Jesu acerca do nome do livro que havia retirado a citação de mais cedo. Jesu e Henrique se entreolham, e o menino rebate “Dos ares mais irrespiráveis”.

Dos Ares Mais Irrespiráveis

Há certo humor ao iniciar um texto. Não sabemos bem onde começar: como traçar linhas e rabiscar os conceitos? Possivelmente Foucault estava sorrindo ao escrever: “Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela já houvesse dado um sinal, mantendo-se por um instante, suspensa” (FOUCAULT, 2014a, p. 15). O sorriso talvez nos sobressalte, pois a pergunta do por onde iniciar não venha acompanhada de uma resposta pronta. Assim, trata-se sempre de uma invenção, e esse jogo por vezes nos remete a criancice que nos é roubada.

Portanto, comecemos a navegar.

Conforme advertimos na metodologia, utilizaremos o verbo menor navegar para rabiscar a cartografia náutica de nosso trabalho final. Optamos por este precursor, pois estamos à deriva a tanto tempo que, irrisoriamente, quase não percebemos quais marés nos atravessam. Nesse sentido é que a nossa navegação tenta agarrar o timão para minimamente direcionar alguns questionamentos. Sempre fomos governados por esse regime de Estado? Se sim, ok, seguimos, mas se não, quais as condições que o fizeram emergir? Indo um pouco além, as nossas ações/relações sempre foram governadas por um Eu interior? Como nos Euclausuramos?

Para Zourabichvili, Deleuze tinha uma percepção um tanto quanto diferente do mundo e se permitia questionar até mesmo discursos irrefutáveis, como o da biologia alinhado ao químico “[...] em verdade, totalmente espinosana, quando se consegue respirar sem oxigênio, tendo compreendido, em última análise, que era com ele que nós sufocávamos” (ZOURABICHVILI, 2000, p. 355). A um primeiro olhar, com essa citação jogada ao vento, continuamos rindo. Está claro para todos a tamanha necessidade desse elemento químico à nossa sobrevivência. Podemos dizer para ele com todas as letras: Deleuze, esse não metal é essencial. Ainda hoje não há como discutir, mas, em licença poética, pensemos: além do oxigênio, o que mais é extremamente necessário para vivermos?

Ora, precisamos ser bons estudantes, termos um emprego, se possível um bom salário para comprar uma casa legal, em suma, sermos felizes. Ah, comprar um carro ajuda. Bem, risos a parte (isso foi uma tentativa de piada) Figueiredo e Santi (2000), nos provocam acerca da subjetividade privatizada. Segundo eles, essa foi a imagem de ser humano que se tornou hegemônica nos principais Estados ocidentais. Tentando desnaturalizá-la, a subjetividade privatizada é uma ideia muito recente em termos históricos, poucas foram as culturas em que cada ser pode se dizer dotado de desejos e sentimentos individuais.

Aproximando estes autores do parágrafo do oxigênio deleuzeano, podemos ouvir “A crença na liberdade dos homens é um dos elementos básicos da democracia e da sociedade do consumo e não estamos dispostos, em geral, a pôr em risco nossos valores” (FIGUEIREDO & SANTI, 2000, p. 22-23). Ou seja, eles partem em busca das bases do que chamam de experiência da subjetividade privatizada. A subjetivação medieval fazia com que os viventes compartilhassem de um sentimento de comunidade à uma ordem superior. No entanto, esse forte

alicerce também cerceava um conceito que se tornou fundamental na privatização de tudo: a liberdade. Portanto, não foi sem dor que chegamos ao Eu, esse ser liberto das trevas.

Segundo os autores, o primeiro texto que trouxe consigo uma relação mais interior do ser humano com o mundo data do Renascimento. Figuras emblemáticas como da Vinci, Shakespeare, Cervantes aparecem apenas nesse século XVI. E aqui o ceticismo começa a por em questão o teocentrismo, em prol de uma maior abertura ao homem. Resumindo bastante, nesse período também estão ocorrendo as lutas protestantes e, tão logo, a contra reforma católica. Esses movimentos puderam sustentar que se colocassem questões acerca da existência. Dessa maneira, no meio desse turbilhão, Descartes, que está se colocando em dúvida, diz que o duvidar somente faz sentido se tiver alguém realizando a ação, ou seja, seu famoso cogito, se ele pensa, ele logicamente existe.

A partir desse ponto, Figueiredo e Santi (2000) dizem que a modernidade filosófica cria as suas raízes, e os problemas em torno do conhecimento podem ser estabelecidos. Desse modo, com Descartes tem-se a reação racionalista, com a representação interior. A partir dela, um sujeito de conhecimento é quem chega até a verdade a partir de seu próprio pensamento, de sua razão. Em contrapartida, houve a reação empirista, com Bacon como principal expoente. Nesta só se pode alcançar o conhecimento a partir dos sentidos, do contato com o mundo concreto, na tentativa de escapar das ciladas proporcionadas pelos erros de interpretação racional. Seguindo rapidamente com a cronologia, chegamos ao século das luzes (XVIII), com destaque para Kant e Hume, filósofos que aprofundam as teses progressistas da modernidade, sempre com a questão de fundo de como se dá o conhecimento.

Assim, enfim, Nietzsche (século XIX) pulveriza toda a problemática acerca da maneira correta do como se conhece, dizendo que “A crença em algo fixo e estável seria uma necessidade humana, na tentativa de crer que tem controle sobre o devir” (FIGUEIREDO & SANTI, 2000, p. 22-23). Para Nietzsche, o ser humano necessita crer em algo que o dê sustentação para conseguir viver sem ter que lidar com sua efemeridade, com a finitude de sua existência. Nessa perspectiva é que está o problema do sujeito moderno, visto que para dar lugar ao Eu a modernidade precisou romper com os dogmas religiosos, ou para citar Nietzsche: ela mata Deus.

Bem, e como é que a sociedade ocidental se organiza para lidar com essa quebra? Foucault, seguindo os passos do pensador alemão, tenta problematizar o tema a partir dos discursos de verdade que permeiam as instituições. Dessa forma, enuncia em “Vigiar e Punir” que, ao investigar as práticas punitivas, pode observar o nascimento da alma moderna.

Mas não devemos nos enganar: a alma, ilusão dos teólogos, não foi substituída por um homem real, objeto de saber, de reflexão filosófica ou de intervenção técnica. O homem de que nos falamos e que nos convidamos a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma “alma” o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo (FOUCAULT, 2013b, p. 31-32).

Logo no começo do livro ele faz essa afirmação que aprofunda a tese de Nietzsche sobre a morte divina. Foucault, nessa citação, afirma que a modernidade na realidade não liberta os sujeitos das imposições religiosas, e brinca com a imagem da existência de uma alma transcendental aprisionada pelo corpo. Para ele, a domesticação dos corpos na sociedade disciplinar fez com que a alma, ou melhor, a normalização da individualidade, sequestrasse o corpo. A ilusão dos teólogos e dos anatomistas do detalhe é que fomentam as políticas identitárias de Euclausuramento.

Caríssima Leitora, continua confortável? Ainda é tempo de ajeitar a almofada. Navegaremos a partir de agora com a máscara micropolítica. Assim, antes de convocarmos de vez o Foucault, fica o convite a navegarmos no tempo, à época em que a governança se exercia a partir dos duelos.

Nos ares mais irrespiráveis, as terras todas eram de um único e imponente dono, o Rei. Assemelhando-se à figura de Deus pai todo poderoso, o monarca era aquele responsável pela ordem e bem estar social. Contudo, a vida não tinha lá tanto valor. Para além da hierarquia dos castelos do Reino, os súditos que não importunassem poderiam viver o quanto conseguissem. Os que cometessem, ou melhor dizendo, os que ousassem cometer algum prejuízo à ordem, se pegos, fatalmente a morte sopraria mais rápida.

Essa regra básica imperou ao longo de vários séculos: todos devem servir ao bem estar do Reino. Toda essa sujeição era cercada de rituais de sangue, também no sentido das batalhas, mas aqui preferimos nos concentrar nas relações das famílias nobres. Nas terras mais distantes, onde o zelo paterno é muito dificultoso,

havia um imponente castelo sob o comando de um súdito de uma linhagem mais especial. Esse juramentado homem, o Suserano, tinha a célebre incumbência de organizar o seu feudo, ou seja, capitanear a vontade do Rei no local, organizar a produção de seus vassallos e, assim, pagar os devidos impostos ao pai de todos.

Os vassallos, pobres camponeses, trabalhavam arduamente em terras que não eram de sua posse, e sim, ao leitor atento, nas posses do Rei. Dessa forma, se contentavam em cultivar os campos e retirar para si uma pequena parte da produção, divisão esta, que mal daria para o sustento dos seus. No entanto, não devemos esquecer, o Monarca é o enviado de Deus na terra. O Clero confirmava e reafirmava essa tese a todo o momento: a bondosa alma do Rei é que provém a subsistência de todos, o Rei é aquele que permite aos seus súditos que possam plantar para sobreviver. Vez por outra, ele até aparecia no castelo de seus suseranos – geralmente à realização de algum casamento –, o que irrisoriamente aproximava a comunidade dessa figura emblemática, muito embora os camponeses que conseguiam chegar mais próximos eram apenas os convidados à servidão das longas festas da realeza. Lembremos, claro, que tais viagens aos castelos dos Suseranos eram feitas a cavalo. A longa espera pela comitiva real, por si só, já consistia em um grande acontecimento.

Além dos nobres e dos camponeses, havia mais uma categoria na sociedade feudal, os prestadores de serviços mais especializados, os burgueses. Assim, havia em alguns feudos trabalhadores artesanais que tinham a habilidade de produzir certos objetos que facilitavam a vida da comunidade, e que a partir da comercialização clandestina de seus produtos passaram a acumular posses. Esses estabeleciam as trocas de maneira escondida, visto que tudo em teoria pertencia ao Rei. Com o passar do tempo, o acúmulo de moeda se tornou tamanho que eles começaram a se tornar mais audaciosos, inclusive não querendo pagar impostos, por exemplo. E a mais assombrosa das afrontas, queriam ter direito a ter direitos.

Hoje, nos parece um tanto quanto caricato tal período histórico. Podemos pensar: é um verdadeiro conto, como acreditar que isso pudesse ter sido aceito pelo povo? Porém, rapidamente, somos tomados por outra pergunta: Se agora podemos conversar olho no olho, a escrevemos daqui, e você lê daí, confortável em seu sofá, como essa parafernália toda se transformou?

Para nos ajudar nessa empreitada, vamos convidar o pensamento de Michel Foucault. No provável livro mais conhecido do autor no Brasil, “Vigiar e Punir”, ele se

debruça acerca da emergência das prisões no Estado francês. Nesse trabalho, o autor utiliza diversas teses para estabelecer as possibilidades que fazem aparecer esse instrumento à regulamentar as relações da população. Talvez sem se dar conta, o pensador ao produzir o livro escava o nascimento de um dispositivo político que ainda hoje é atuante, e teve suma importância para a organização da sociedade moderna: o poder disciplinar. Como estamos à deriva, precisamos olhar com mais atenção para essa maré/dispositivo a fim de compreender a sua atuação no Euclausuramento.

Para chegar a esse nível de análise, precisamos navegar um pouco mais com a obra. A primeira tese por ele apontada é a de que na sociedade feudal o único Eu que possui direitos é o Rei. Não por acaso, o crime mais acintoso seria o Regicídio, ou seja, o homicídio do monarca. Entretanto, no Antigo Regime, as sentenças eram completamente diferentes. Suavizamos em nosso conto a penalidade, o leitor mais atento percebeu. Para os que passaram rápido por ali, citamos, assim, na página anterior “se pegos, fatalmente a morte sopraria mais rápida”. E é precisamente nesse ponto que Foucault inicia sua busca pela inversão da penalidade.

Dessa forma, o autor se propõe a investigar como se estabelecia juridicamente a ordem social dos ares irrespiráveis. Nesse movimento, cita que as regras eram colocadas a partir da política do medo, pois o regime legislativo basicamente atuava sob a tutela da vontade real. “O crime, além de sua vítima imediata, ataca o soberano; ataca-o pessoalmente, pois a lei vale como a vontade do soberano; ataca-o fisicamente, pois a força da lei é a força do príncipe” (FOUCAULT, 2013b, p. 48). Qualquer crime, portanto, era concebido como uma afronta direta ao corpo do soberano. Com isso, os tribunais tratavam os crimes como se estivessem ajuizando um duelo, espada real versus espada do criminoso, sendo sempre a primeira espada sobressalente. Assim, continua o autor “A cerimônia punitiva é ‘aterrorizante’” (Idem, *Ibidem*).

Outra diferença gritante entre as punições era o fato delas ocorrerem em praça pública. Dessa forma, Foucault (2013b) utiliza a imagem dos suplícios⁷, as mil mortes de um mesmo corpo para começar a genealogia da inversão da lógica punitiva. Segundo o autor, tais sentenças compunham um grande espetáculo na

⁷ O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento. Mas não é só: esta produção é regulada. O suplício faz correlacionar o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas (FOUCAULT, 2013b, p. 36).

cidade, multidões se agrupavam à beira do cadafalso para ver o sofrimento do criminoso. A população comum era presenteada com a espetacularização da morte, ali seria apenas o início do calvário do infrator. Nesse cenário, em vida, já começava a pagar por seus pecados.

A aproximação religiosa é clara no ritual dos suplícios. Não podemos nos esquecer da importância da igreja para a manutenção desse regime histórico. Isso traz várias implicações. Diversas revoltas populares em favor do sentenciado ocorreram devido ao insucesso ou a má técnica do executor. Explicamos. Os suplícios eram verdadeiros rituais em praça pública. Havia na época a crença de que a sentença real era a mesma que a divina, somava-se a isso o fato de todo o processo de julgamento ocorrer a portas fechadas. Assim, a população se avolumava para ver se a sentença era verdadeira, se a justiça divina fora feita. Caso a técnica de tortura aplicada desse errado, ou se o sentenciado suportasse os castigos, por exemplo, ficava evidente que a justiça terrena faltou com a vontade divina, sendo que esses acontecimentos colocavam em cheque a veracidade do poder real.

Peçamos licença para esse livro de Foucault, e pegamos outro rapidamente. A aula de 1º de fevereiro de 1978, no curso da Collège “Segurança, Território e População”, produziu um famoso texto conhecido como “A Governamentalidade”. Segundo Foucault (2014b), resumidamente, o conceito Estado-Nação Capitalista, teve suas bases muito antes da Revolução Francesa. Ao se debruçar sobre a questão de gerência estatal, ele cita que essa forma de pensamento acerca da gestão territorial está intimamente ligada à economia. Para ele a noção de economia tem uma primeira conotação no século XVI, em que o bom economista era o homem que conseguia gerenciar a sua família, ou dizendo de outra forma, governar com economia as relações de posse. Posteriormente, essa técnica vem a se tornar um molde para as novas práticas de gerenciamento. O século XVII, continua o autor, foi perdido em termos de expansão das monarquias territoriais, principalmente pelas guerras, embora tenha trazido consigo o início do aparelhamento burocrático pelos estados monarco-mercantis. Desse modo, com essa sustentação é que o incipiente mercantilismo consegue se consolidar efetivamente ao longo do século XVIII.

Assim, continua Foucault dizendo que a principal invenção dessa economia do homem familiar é a noção de estatística. A estatística que virá a ser empregada para gerir os corpos que a estabilidade do século XVIII passou a levar aos grandes

centros urbanos. Ou seja, a principal gerência do Estado passa a ser sobre o conceito de População, antes mesmo da Revolução, o que ficou conhecido como Economia Política.

O aparelhamento das funções burocráticas foi extremamente necessário para o fortalecimento dos Estados, principalmente para o estabelecimento das rotas comerciais, de onde as novas relações de produção passaram a gerar riquezas para o monarca, principalmente através dos impostos. Contudo, ao longo das décadas, isso se configurou uma cilada. Nesse período, séculos XVI à XVIII, houve o grande incremento dos centros urbanos, especialmente em torno do trabalho que deixava de ser manufatureiro com o início da produção fabril. Essa industrialização não se deu pela bondade real como diria a igreja, e sim pelo acúmulo de capital dos burgueses. Dessa forma, excepcionalmente no século XVIII com o novo processo de produção o poder de governança passa a trocar de mãos, de modo a tal conjuntura político-econômica conceder sustentação, e necessitar das políticas de subjetivação identitárias, ou como estamos chamando Euclausuramento.

Na esteira desse momento histórico é que podemos retornar a navegação com o “Vigiar e Punir”. O principal problema para os burgueses era a necessidade de uma legitimidade legal em poder possuir bens.

Na verdade, a passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz parte de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas (FOUCAULT, 2013b, p. 75).

Tentando responder a pergunta que colocamos, a nível de regime legal, em meados do século XVII os crimes também se inverteram, como coloca o autor. O estatuto jurídico do Antigo Regime não se fazia eficaz para coibir os crimes de furto, crimes que atentavam contra a propriedade. Não que nos feudos não existissem roubos, porém a previsão legal atuava no sentido de proteger o sangue. Dessa forma, a sentença católica de “Só Deus pode tirar a vida” nunca fez tanto sentido, pois as leis reais é que determinavam a punição, sendo o suplício a punição mais importante, pois, lembrem, todo crime cometido era estabelecido contra o próprio corpo do Rei.

Erramos ao afirmar que não se tinha punição para crimes de roubo. Existiam punições nas camadas mais pobres do feudo, só que ao soberano pouco interessava. Aos burgueses, ao contrário, os furtos interferiam demais à acumulação, e, obviamente, precisavam de um regime legal para coibi-los. Tecnicamente, os burgueses também cometiam furtos, pois passaram a não pagar os impostos, visto esta ser também uma grande barreira a se tornarem mais ricos. Digo relativamente, pois para chegar a Revolução Francesa, o não pagamento era tido como protesto, não como crime.

Aqui, chegamos a um ponto culminante ao que tentamos problematizar por Euclausuramento. Estamos trabalhando com a descrição de como as punições se transformaram desde a soberania até o que chamamos de sociedade moderna. O ápice dessa passagem está no próprio lema da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. A tomada da Bastilha é o emblema do sucesso do rompimento à hegemonia real. Percorrer essa inversão se faz necessária por dois motivos principais. Primeiro pela nova importância dada ao corpo, com cidadãos livres, iguais e irmãos – isso à nova classe dominante. Se você percebeu a nossa tentativa de sermos irônicos, compreendeu que, nesse momento, o corpo dos servos passou a ter na verdade valor monetário na sociedade, de modo a precisar se tornar economicamente útil. Assim, passamos ao segundo pilar, a edição da nova constituição (1791). Nela, as novas previsões legais visam principalmente assegurar direitos a alguns e proteger as relações de propriedade.

Destacamos esse momento, pois a força política dos burgueses para proteger as suas posses já era bastante sentida, tanto é que várias foram as tentativas de se reformar o direito penal na França durante o século XVIII. Os reformadores tentavam fazer operar uma nova tecnologia de punição. Dadas as diversas revoltas e as várias críticas aos suplícios, os juristas queriam colocar em prática a metodologia das cidades punitivas, uma tecnologia que deveria incidir sobre a alma. A teoria era basicamente a de que a infração não seria mais sobre o corpo do soberano e sim sobre toda a sociedade – que passara a ser de direitos. Dessa forma, aquele que cometer um delito deve pagá-lo à todos os cidadãos. Os reformadores queriam usar os próprios infratores para dar exemplo aos demais viventes na cidade.

Outro elemento que estava em jogo foi o incremento utópico de punir a alma e não mais o corpo⁸. O que na prática representava a supressão dos suplícios. Tal proposta aparece bem explicada nessa citação: “Não é mais a restauração aterrorizante da soberania que vai sustentar a cerimônia do castigo, é a reativação do Código, o reforço coletivo da ligação entre a ideia do crime e a ideia da pena. Na punição, mais que a visão da presença do soberano, haverá a leitura das próprias leis” (FOUCAULT, 2013b, p. 106). Assim, as crianças teriam aulas cívicas nos palcos colocados no interior das cidades, onde os condenados teatralizariam as suas penas, visto que os mesmos seriam sentenciados termo a termo de sua infração. A partir dessa metodologia, sustentam a ideia de punir com mais economia, já que os suplícios despendiam muito dos cofres públicos.

Leitor, está conosco até aqui? Interessante, concluímos então que foram os pensadores do direito, os reformadores que inventaram a prisão. Podemos ir dormir tranquilos? Não. Os teatros punitivos foram apenas mais uma vaga tentativa idealista. Na França, especificamente, as prisões serviram primeiramente ao Rei⁹. Segundo Foucault (2013a), as *Lettre de Cachet*, ou cartas régias em uma tradução aproximada, foram uma prática comum da Monarquia francesa. Pessoas próximas ao Rei, a aristocracia da época, poderiam solicitá-las a fim de resolver conflitos pessoais. Se o soberano acatasse a solicitação, arbitrariamente, o adversário era enviado à masmorra. Portanto, a reforma penal teve que lidar com a questão do cerceamento da liberdade, já que esta remetia a prática real. Por isso a tese de tentar impedir o crime não mais pelo medo, e sim pela exposição ao ridículo. Assim, a cidade punitiva iria atacar diretamente a alma do sujeito infrator.

Nessa perspectiva, como a prisão passou a ser praticamente a única forma de se fazer cumprir o contrato burguês? Há então o terceiro movimento citado pelo

⁸ Foucault (2013b) apresenta um grande problema que os reformadores tiveram que resolver na Constituinte. No período monárquico, a penal capital à guilhotina era concedida apenas aos nobres, visto que em teoria só atinge a alma presente naquele corpo, já que se configura como uma morte instantânea, sendo os suplícios delegados à plebe. Com a reforma, e a pretensa igualdade de direitos, as sentenças de morte passaram a ter o intuito de agredir apenas a alma do sujeito, assim a guilhotina passou a ser, curiosamente, comungada por toda a população. Talvez por isso a condenação da família real tenha demorado tanto. Luis XVI foi à guilhotina, em praça pública, somente quatro anos após a revolução, em 1793. Esse fato exprime a problemática de como a sociedade dos cidadãos livres deveria lidar com as infrações, pois fazer o corpo do Rei sofrer seria talvez o caminho mais pretendido pelos revolucionários, entretanto, precisavam de uma nova forma de punição. Se o sentenciassem a uma morte sem dor, meramente o concederiam o mesmo tratamento nobre. Em contrapartida, precisavam exemplificar juridicamente a sua nova forma de punir exclusivamente a alma.

⁹ Diferentemente de outros países, como a Inglaterra, em que o cerceamento da liberdade se dava devido aos crimes contra a propriedade.

autor, o discurso da economia. As cidades punitivas ainda que bem intencionadas também não eram econômicas o suficiente, e os crimes continuavam a acontecer. Com o contrato social, e a teórica aquisição de direitos por parte de toda a sociedade – até hoje temos as lutas das mulheres, dos pobres, dos negros, dos lgbts –, a alma pode ser liberta dos desmandos feudais. No entanto, estava em curso o processo de industrialização das relações de trabalho, e esse novo regime produtivo necessitava de muitos trabalhadores, aqueles que continuassem produzindo artesanalmente faliriam.

Com isso, os camponeses, que antes poderiam plantar servilmente sob a jurisdição de seu suserano, agora eram seres de almas libertas. Contudo, não poderiam mais plantar, pois as terras passaram a ter donos. Desse modo, ocorre a migração em massa aos centros industriais para que assim pudessem arranjar meios de sustento. Por isso que temos na Revolução Francesa um grande marco, pois foi o verdadeiro rompimento. O campo, ainda que servo, minimamente sobrevivia, coisa que a burguesia nunca conseguiu prover. Assim, como colocar ordem nas revoltas camponesas que se sucederam após a revolução?

Nesse sentido é que a prisão se transfigura em paradigma de controle. Para termos uma ideia, ela não foi planejada por juristas, ela cresce como um modelo arquitetônico/institucional que dá lugar ao poder de disciplina dos corpos que vieram tentar a sorte na cidade. A prisão se torna o malvado favorito do sistema penal, “Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão” (FOUCAULT, 2013b, p. 218). Essa é uma das célebres teses evocadas no livro, mas já navegamos até lá, antes precisamos compreender melhor o poder disciplinar.

Para um Estado se sustentar, antes de qualquer coisa, precisa organizar um estratégico e robusto exército. Deve ser esse o motivo de ainda hoje a indústria bélica ser tão importante, só perde para a farmacêutica. Digo isso, pois Foucault (2013b) parte em busca de exemplos de como os soldados são produzidos, dizendo de outra forma, como se fabrica um corpo útil? Devemos recordar que a vida dos súditos não tinha grande importância, mas agora como seres libertos, eles podem comprar. No entanto, para conseguir ter acesso aos bens de consumo privados precisam se sujeitar a receber uma pequena quantidade de moeda. Porém, esses corpos, assim como os soldados, precisam ser treinados para a nova função que passaram a exercer na sociedade de direitos.

Assim, as disciplinas foram a saída mais eficaz. Treinam o corpo de maneira organizada no espaço e no tempo. Estranhamente os sujeitos livres, devem ser cerceados a todo o momento, precisam aprender a respeitar as normas, a se comportarem como bons cidadãos. Dessa forma, o exaustivo treinamento ocorre intermitentemente nas instituições disciplinares. As fábricas são como o exército, os conventos, as escolas, os hospitais marítimos Todos se configuram como instituições totais. Estas possuem a mesma função, a anatomia política, esquadriham lugares e determinam exercícios específicos controlados com o relógio. Com isso, cada corpo é transformado em uma pequena peça da engrenagem institucional, cada qual com sua função específica.

As disciplinas atuam, portanto, nos mínimos detalhes. São os micro poderes coercitivos. A criança entra no colégio para que seu ímpeto selvagem seja docilizado, e assim sucessivamente, em cada equipamento disciplinar, “Enquanto os juristas procuravam no pacto um modelo primitivo para a construção ou a reconstrução do corpo social, os militares e, com eles os técnicos da disciplina elaboravam processos para a coerção individual e coletiva dos corpos” (FOUCAULT, 2013b, p. 163). A nova ordenação utilizou esse método institucional para moldar toda a sociedade às leis da burguesia. Assim, o autor sintetiza o poder disciplinar nessa próxima sentença “Digamos que a Disciplina é o processo técnico unitário pela qual a força do corpo é com o mínimo ônus reduzida como força ‘política’, e maximalizada como força útil” (Idem, p. 209, aspas no original).

Uma pequena pausa para respirar. Então você afirma que os camponeses estavam querendo o retorno aos ares irrespiráveis, onde eram servos, e nos parágrafos seguintes quer que eu acredite que esse poder disciplinar fez os movimentos de revolta se aquietarem? Por isso que a pausa é bem vinda, inspire, caminhe pela sala, estique as pernas, relaxe um pouco, pegue outro chocolate quente. Se quiser, logicamente. Não foi em um passe de mágica. O poder disciplinar sabiamente, ou economicamente, foi utilizado para gerir toda essa revolta, pois ele atua a partir dos discursos de verdade, estes tentam nos naturalizar, euclausurar a todo o instante.

Esquemáticamente, Foucault escreve um capítulo somente acerca das práticas de adestramento. Segundo ele, há três pilares institucionais que se entrecruzam para tal. O primeiro deles é a vigilância hierárquica. Nada mais apropriado que o século das luzes para se utilizar a óptica para gerir o

comportamento. Dessa forma, cada seguimento institucional necessita que haja um superior com a função de impor a ordem disciplinar. “Graças às técnicas de vigilância, a ‘física’ do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica e de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência” (FOUCAULT, 2013b, p. 107-171, aspas no original). Na escola temos o professor, na fábrica o encarregado de setor, nos hospitais marítimos os médicos, no quartel os sargentos. Esses são os funcionários que cumprem com a determinação de ordenar as relações de poder institucional a nível micro, atuam como vigilantes.

O segundo princípio é a sanção normalizadora. Aqui se tem a punição. Tudo aquilo que não for condizente com o regulamento imposta dentro da instituição será punido. A regra fundamental é que as tarefas devam ser cumpridas com o menor gasto possível. Para tal, mais uma vez, a função da visão do tutor será fundamental, visto que ele é quem irá punir os desviantes. Olhe que interessante, a punição não é mais para exemplificar via medo e sim para organizar o comportamento através de um padrão normal imposto pela instituição, o discurso agora é corretivo. “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*” (FOUCAULT, 2013b, p. 176, grifo no original). Assim, o sistema, ao traçar uma linha de normalidade, compara os comportamentos, os diferencia e hierarquiza a partir da dualidade sanção/gratificação, já que o bom comportamento é recompensado. A tendência que se segue é a homogeneidade dos corpos e a exclusão da singularidade, o que configura um movimento tão opressor quanto o dos suplícios.

Há uma tensão no ar institucional. Sempre se tem a impressão de que alguém pode estar vigiando. Um passo em falso e logo a punição. Os mesmos funcionários que vigiam passam a produzir relatórios acerca das atividades. Assim, chegamos ao terceiro princípio, a prática do exame. O exame, mediante o material de arquivo proveniente das anotações hierárquicas, coloca a funcionar os outros dois princípios. A observação escrita produz os traços de normalidade ao sistema e, simultaneamente, inscreve as punições no campo institucional. Para compor as forças da docilização, fez-se premente a criação de inúmeras pequenas tecnologias sobre o corpo dos sujeitos, o que alicerça o nascimento das ciências humanas. Os discursos de verdade acerca do homem inventados durante o século XIX legitimam

a máquina de captura do Estado Moderno, “Essa é a base do poder, a forma de saber-poder que vai dar lugar não às grandes ciências de observação como no caso do inquérito, mas ao que chamamos ciências humanas: Psiquiatria, Psicologia, Sociologia, etc.” (FOUCAULT, 2013a, p. 89).

Deixamos para traz as tecnologias ritualísticas observando sua passagem às tecnologias científico-disciplinares. Na sociedade moderna, o poder está diretamente ligado ao saber que o compôs, ou seja, as técnicas de normalização são fidedignas, pois estão embasadas pelo discurso de saber produzido acerca dos corpos. As ciências do Eu, para preservar o direito à propriedade privada, são inventadas na junção da burguesia ascendente ao Estado-Nação. As máquinas necessitam de operadores, e a mercadoria final ser escoada. Ou seja, toda a disciplinação se empreende para que os novos Eus sejam individualizados, separados, privatizados, para uma gerência econômica do sistema.

A estratégia do poder/saber produz corpos dóceis ao trabalho, ao mesmo tempo em que maquinam nossos desejos, leitor(a). Se nos permite, tomamos rapidinho o espaço destinado à vigilância e punição, para trazer uma questão que navegaremos com mais carinho daqui a pouco. Emprestamos o problema a partir do livro resultado da visita de Guattari ao Brasil.

O oxigênio do Estado Democrático de Direitos talvez seja muito mais palatável aos nossos alvéolos do que aquele do Regime de Soberania. Entretanto, os processos capitalísticos¹⁰ de produção de subjetividade, de uma maneira mais feroz, engrenam um processo de pouco, ou melhor dizendo, quase nada, espaço de decisão aos sujeitos “Pensam por nós, organizam por nós a produção e a vida social [...] A infantilização consiste em que tudo o que se faz, se pensa ou se possa vir a fazer ou pensar seja mediado pelo Estado” (GUATTARI & ROLNIK, 2010, p. 50). Estado e Economia se confundem. Dessa forma, observando que o ordenamento

¹⁰ O que caracteriza os modos de produção capitalísticos é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de troca, valores que são da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modos de financiamento. Eles funcionam também através de um modo de controle da subjetivação que eu chamaria de “cultura de equivalência” ou de “sistemas de equivalência na esfera da cultura”. Desse ponto de vista o capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva. E quando falo em sujeição subjetiva não me refiro apenas à publicidade para a produção e o consumo de bens. *É a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ela está também na tomada de poder da subjetividade* (GUATTARI & ROLNIK, 2010, p. 21, grifos no original).

estatal trabalha agenciado ao capitalista, podemos aferir o tamanho da máquina de captura que estamos trabalhando.

Pensando por esse caminho, o da infantilização gerada por essa maquinaria, Deleuze e Foucault nos advertem acerca da indignidade de falar pelos outros. Trazemos esse ponto só agora, pois já temos que dar espaço ao próximo capítulo. Aqui, nos parece fundamental colocar essa provocação para que na qualidade de possuidores de um diploma psi, não esqueçamos de que todo saber é resultado de um jogo histórico e complexo de forças. Nesse sentido, se não suportamos o produto das estratégias do Euclausuramento, como fazer política na condição de intelectuais sem cair no constrangimento de representar em nome de alguém?

Caríssimo leitor, depois dessa bagunça toda, falamos de desejo a pouco, você deve estar se perguntando: ué, cadê as prisões, qual a sua relação com o Eu-não-sei-oque? Novamente te pedimos calma, você, assim como nós, também deve estar aflito e cheio de questões após ter chegado até aqui. A navegação ainda é longa. E é Euclausuramento, leia ali em cima.

Ah, as prisões.

O poder disciplinar é uma das marés/dispositivo que destacamos nesse começo de trabalho, por isso a máscara micropolítica. A instituição austera e completa vai ao encontro das possibilidades que a época solicitou. A prisão nada mais é que a máxima tentativa de correção ao corpo que escorregou à escola-hospital-convento-fábrica-quartel. Foucault (2013b) destaca esse ponto de forma irônica: “Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?” (p. 214). Contudo, aqui não nos interessa tanto a instituição em si, mas sim a produção dos discursos de verdade inscritos em seus muros, e o que isso nos aproxima dos privatismos da subjetividade. Como construímos essa cadeia em que vivemos Euclausurados? Como aconteceu de sentenciarmos a subjetividade? O que faz possível um CID/DSM¹¹? Na esteira desse pensamento, podemos afirmar que as ciências humanas tiveram solo fértil para seu desenvolvimento somente a partir do olho panóptico¹² da mecânica disciplinar.

¹¹ Código Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS); Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria (APA).

¹² Foucault (2013b) identifica um modelo arquitetônico que traduz o pleno funcionamento do dispositivo disciplinar: “O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção

Para finalizar, primeiro destacamos o mecanismo técnico-corporal, a maneira pela qual as disciplinas atuam na formação dos corpos adestrados. Porém deixamos em aberto o segundo ponto, o novo ordenamento jurídico-político após 1789. Assim, podemos concluir também esse segundo campo levantado.

A prisão é a responsável, ela é a engrenagem ao novo regime burguês que ainda fazemos parte. O contrato por si só não seria capaz de organizar a sociedade de direitos. Dessa forma, a força da disciplina irrompeu como tática estatal. Como? Tem-se nesse momento, na França, a instauração do sistema policial. Com isso, vigilância e punição se tornam prática de Estado, ou seja, ele também passa a se utilizar dessa força – Foucault (2013b) faz essa advertência, de que a disciplina é uma força, ela não pertence ao Estado ou as instituições, eles apenas fazem uso dela. Assim, o autor até brinca com o capitalismo, dizendo que devemos assumir que a nossa sociedade é a da constante vigilância e não a do espetáculo. A individualização não é para tornar os sujeitos livres “Somos bem menos gregos do que pensamos” (p. 205).

Como colocado anteriormente, a correção é a justificativa para se utilizar do modelo prisional. No entanto, podemos atestar que a prisão serviu às correções necessárias da conjuntura. Ela basicamente estabelece uma política de sedentarização da população camponesa para que o novo modelo econômico se consolidasse. Dessa forma, tem-se a intensificação do policiamento, como garantia ao direito de propriedade. A tecnologia policial, permeada pelo discurso econômico, visa antecipar a realização dos crimes, o que traduz a importância concedida ao saber acerca dos sujeitos. Aqui, podemos notar a grande influência do resultado normalizador desse processo.

Embora cansados, pensamos ser interessante só fechar o livro após um último apontamento acerca das prisões. No interior da instituição, há a função de carcereiro. Este se responsabiliza por impor a ordem ao mesmo tempo em que vigia. O exercício dessa profissão faz funcionar a sentença judicial. Só que essa ação traz implícita a vergonha que os juízes tinham de realizar o julgamento. É bastante

periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar” (p. 190). O vigilante da torre central, por um jogo de luz pode ou não observar aquele que estiver na cela, enquanto que, por essa mesma luz, o aprisionado também nunca sabe se está ou não sendo observado.

estranho, mas Foucault (2013b) cita que no começo dos tribunais burgueses, os magistrados não se sentiam legítimos para julgar os comportamentos – coisa que nós fazemos diariamente sem nenhum tipo de reserva. Assim, utiliza a imagem do trabalhador penal para dizer que o sistema carcerário teve a petulância de se desprender da prisão, de modo que agora, confortavelmente, passamos a ajuizar os comportamentos “Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do ‘assistente social’-juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos” (FOUCAULT, 2013b, p. 288, aspas no original).

Se a leitora nos concede espaço para uma última citação, pensamos que ela nos ajuda a sintetizar, afinal, aquilo que estamos tentando colocar em questão,

A rede carcerária constitui uma das armaduras desse poder-saber que tornou historicamente possíveis as ciências humanas. O homem conhecível (alma, individualidade, consciência, comportamento, aqui pouco importa) é o efeito-objeto desse investimento analítico, dessa dominação-observação (FOUCAULT, 2013b, p. 288-289).

As políticas identitárias de normalização não são exercidas somente pelos burgueses comedores de criancinha, elas se exercem a todo o momento e estão presentes nas menores das minúcias. É uma rede que observa e pune. Há, portanto, a reafirmação do Euclusuramento incessantemente.

A maré disciplinar não traz consigo a contradição dos sujeitos livres?

Capítulo 2

O dia começou antes do sol despertar. Como não partiram na tarde anterior, não houve alternativa. Antes mesmo do amanhecer o motor do Essex já estava funcionando. O velho pescador adorava compartilhar os raros momentos com sua esposa, lendo romances em conjunto - na verdade, ele gostava de ouvi-la narrar. Assim, o barco que adquiriram com muito custo foi batizado em homenagem a Melville.

Jesu, ainda coçando os olhos, não acreditou que dessa vez teria a companhia de Henrique no barco. O cientista social em formação decidiu de última hora partir para a lagoa com Jesu e seu avô. Nos últimos meses, Henrique vem dedicando seu tempo ao término do curso e aos cuidados de sua avó acamada. Excepcionalmente, nesse final de semana, a senhora ficaria com seus primos na cidade para realizar alguns exames, o possibilitando a pesca.

Após um árduo dia de sol, as redes pouco conseguiram, mal daria para pagar o diesel gasto pelo Essex. Assim, decidiram não voltar, e dormir pela água mesmo. O velho pescador dormiu logo que terminaram a refeição, e Henrique não mais habituado ao ritmo penoso do trabalho braçal também se recolheu – este pegou rapidamente no sono, além do cansaço, havia o gostoso embalo da deriva. Ainda empolgado com a presença ilustre dentro do barco, Jesu demorou para fechar os olhos.

Acostumado à agitação das ruas, o menino se diverte com a calma do lugar, mesmo que o roncar do chefe rivalizasse o silêncio. A brisa leve de primavera o convidou para o convés. Dessa forma, sob o prateado do luar, olhando para o céu estrelado, Jesu passou a lembrar da fatídica noite em que também não conseguira dormir na Unidade de Acolhimento (UAI).

Naquele episódio, Jesu havia acordado assustado com a visita de alguns motoqueiros que estavam tentando pegar o Gustavo, um outro menino acolhido à residência mais cedo. Eram duas da madrugada e o pessoal da unidade também estava amedrontado – apesar da proteção de segurança particular. O novo companheiro de quarto de Jesu vinha sendo perseguido em seu bairro e conseguiu abrigo na casa. Houve uma boataria na secretaria da saúde mental dizendo que a

sua cabeça estava “a prêmio”. Apesar de todo o transtorno e enorme barulho, Gustavo, na cama ao lado, pouco se mexeu.

Segundo a portaria ministerial nº 121, de 25 de janeiro de 2012, a partir das políticas públicas de ao combate ao Crack e outras drogas, essas residências foram criadas com o intuito da reinserção social de seus moradores. Dessa forma, os adolescentes acolhidos pela equipe do Caps AD, podem ser indicados para essas residências para um tratamento integral.

O dia que antecedeu a noite dos motoqueiros havia sido longo. Com a ajuda da assistente social do AD, Jesu estava conseguindo a documentação para voltar a estudar, sendo a manhã toda dedicada à tarefa. Pela tarde, participou de seu grupo semanal sobre drogas. Grupo que mexeu muito com o menino, e essa sensação era revivida a cada virada na cama, um dos motivos dele não voltar a dormir.

Jesu é conhecido no município. Desde que tinha quatro anos residiu na “Casa do Menor”. Sua mãe veio a falecer muito cedo e o guri chamado José Jesus Ayres acabou indo ao orfanato municipal. Hoje, o pequeno órfão uruguaio que ficou conhecido por todos como Jesu – assim, carinhosamente, sua mãe o chamava – trabalha e faz supletivo em uma escola da colônia de pescadores, assim como segue se tratando junto à saúde mental, no Caps AD.

Após ter deixado o orfanato e também o colégio, Jesu passou a cometer pequenas infrações a fim de encontrar o seu único sentido de vida: a droga. Em uma de suas andanças com seus companheiros de boca, ele veio a conhecer uma redutora de danos¹³, encontro que transformou a sua vida. Passados quase um mês de longas conversas e combinações, Jesu, na época com 17 anos, decidiu que deveria tentar cuidar um pouco mais de si aceitando o convite de ir morar por um período na Unidade de Acolhimento.

Jesu estava calmo com o balanço que a lagoa produzia, muito diferente da noite dos motoqueiros, em que consternado não conseguia dormir. Naquela noite, após a poeira ter baixado, olhando para o teto da unidade, o menino pensava e repensava a sua vida e voltava sempre à oficina que realizara mais cedo no Caps. Participaram do grupo uma assistente social, a sua psicóloga de referência, Henrique – enquanto estagiário – e os demais usuários.

¹³ Programa de Redução de Danos. Política pública vinculada ao programa de combate ao crack e outras drogas.

Jesu lembra com riqueza de detalhes do que estava pensando no quarto. Ele havia ficado intrigado com uma frase de Henrique – naquela época eles já tinham uma boa relação. O estudante de ciências sociais levantou a questão da horizontalidade no grupo, pois estava novamente incomodado com o silêncio dos adolescentes. As técnicas que conduziam o grupo, assistente social e psicóloga, não gostaram da provocação e riram do idealismo do estudante. Elas se entreolharam e disseram: “calma Henrique, é normal, eles são novos aqui”. O menino percebeu o inconveniente, mas seguiu firme com sua posição: “realmente, vocês não acham estranho o grupo ser sempre do mesmo jeito, só vocês falam, cadê o nivelamento?”.

Era essa a frase que não permitia Jesu pregar o olho na unidade. O clima ficou denso dentro da sala que abrigava o grupo. O silêncio tomado no ambiente, ainda que por um pequeno instante, se tornou ensurdecedor, todos à espreita para saber o que essa quebra resultaria. Por sorte de Henrique, a porta da sala se abriu rompendo todo o gelo. Era a coordenadora do AD que trazia o Gustavo que acabara de passar pelo acolhimento. Com essa deixa, a tensão pode ser rompida, a psicóloga assumiu o comando das ações, pedindo a todos que se apresentassem ao novo integrante.

Imerso na lembrança da insônia no dia da briga no grupo, Jesu escutou um barulho vindo do interior do barco. Henrique acordou com muitas dores musculares, principalmente na parte superior de suas costas. Assim, ao observar Jesu deitado ao luar se dirigiu ao amigo. Jesu riu das reclamações de Henrique, o dizendo que a faculdade era mesmo coisa de sedentário. Este concorda e o questionou o que ele estava fazendo ali a essa hora, já que no outro dia o seu Souza iria tirar o couro de ambos.

Após alguns minutos contemplando as estrelas, Jesu rompeu a calmaria perguntando para Henrique se ele recordava da bagunça que ele causou no grupo aquela vez. Henrique deu um leve sorriso, pois nunca haviam conversado sobre o episódio, e diz: “claro que lembro cara, embora não pareça, eu tenho sangue de pescador, não tenho medo de tempestade não. Elas não deixavam vocês falar, tiveram que ouvir”. Como participava o máximo que conseguia do “Ar píer”, Jesu queria entender melhor a questão da horizontalidade, os alunos sempre falam disso na chamada. Assim, questionou Henrique: “que que tu quis dizer com grupo horizontal?”.

A resposta de Henrique foi sucinta, estava com sono e muito dolorido. Assim, deitado no chão de madeira do Essex, disse: “cara, olha como estamos aqui, deitados, trocando ideia na mesma altura, eu e tu podemos conversar no mesmo nível. Ah melhor, olha a tia Bel no meio dos alunos do coletivo, ela é professora e nem assim se coloca acima. Pra mim, a chave para o tratamento no SUS está próxima dessa ideia, quando todos tiverem lugar de fala, e realmente forem ouvidos, assim como a galera do ‘Ar píer’ que querem uma educação de qualidade”.

Jesu olhando para o céu estrelado ainda tentou falar um pouco mais sobre o tema. Contudo, percebeu que Henrique não estava respondendo, pois havia voltado a dormir ali mesmo. Ainda sem sono, o menino ficou meditando sozinho por mais um tempo essa analogia dita por Henrique. O que o levou de volta às vivências na unidade, tentando buscar exemplos práticos dessa linha do horizonte.

Logo na segunda semana na unidade, ele passou a acompanhar algumas entregas do motorista da saúde mental e o auxiliar nessa tarefa. Assim, veio à mente a primeira vez em que ajudou o Ronaldo. Curiosamente, nesse dia, a coordenadoria estava entregando o material das oficinas de artesanato. Ressalto esse fato dada a grande dificuldade de se conseguir licitar os produtos de pequeno valor.

Logo em seguida, disparou outro dia. Aquele no qual havia acompanhado o motorista buscar o coordenador da saúde mental que estava em uma reunião ordinária do conselho de saúde. O gestor cumprimentou Jesu e Ronaldo que o esperavam em frente do prédio. Entrou no carro e prontamente começou a reclamar. Novamente, o conselho esteve vazio, bem como a reunião do “Grupo Condutor”¹⁴, de modo a ambas não ocorrerem por falta de quórum. O gestor continuou esbravejando no trajeto até a UAI, onde deixariam Jesu, de que sempre esteve comparecendo às reuniões marcadas, mas elas nunca ocorriam. Citou as diversas vezes em que tais episódios se repetiam e da dificuldade que estava sendo enfrentar sozinho todas as cobranças.

Jesu, bocejando com maior frequência, decidiu acordar Henrique para se recolherem. Já deitado no interior do Essex, lembrou-se de sua última andança no carro com Ronaldo. Nesse dia, eles levaram uma ordem judicial à coordenadoria. À

¹⁴ Grupo que deve congrega diversos representantes dos serviços que compõem a Rede de Atenção Psicossocial do município, para ajudar a pensar os projetos a serem implantados, assim como à melhor condução os dispositivos da reforma. Decreto municipal Nº 5.546, de 02 de julho de 2012.

entrega do papel, o coordenador disse aos demais na sala que essa era a oitava ordem da semana, que não sabia mais o que fazia com a promotoria. Ouvindo isso, Jesu – que também tem problemas com o judiciário – perguntou a ele o porquê deles terem tanto poder.

O gestor, ainda consternado, porém feliz com o interesse do menino, o entregou uma cartilha de introdução às políticas públicas, intitulada “Do consultório político”.

Do Consultório Político

Cara leitora, agora que já conhece um pouco mais do Jesu, podemos navegar por outra correnteza, a da Biopolítica. Mais uma vez, nos sentimos na obrigação de lhe solicitar que esteja bem acomodada para viagem. Já deve ter acabado seu chocolate quente. Sugerimos, dessa forma, que acenda sua lareira a acompanhar uma pequena taça de vinho.

Para problematizar a maré biopolítica, navegaremos agora com a máscara do Navegador/Psicólogo social. Dessa forma, primeiramente iremos contextualizar o ingresso da psicologia como campo de saber na gestão da vida. Depois, percorreremos o pensamento de Michel Foucault e Giorgio Agamben acerca da biopolítica para nos ajudar com a seguinte questão: afinal, como a psicologia na governamentalidade pode trabalhar ao Euclausuramento?

Assim, naveguemos.

Do início do século XX até que a psicologia pudesse entrar no campo da saúde pública, na década de 60, como citam Medeiros, Bernardes e Guareschi, as psicotécnicas objetivavam “o nivelamento dos sujeitos em relação a critérios de normalidade que se aproximam da definição do conceito de saúde como ausência de doenças” (2005, p. 267). As práticas em saúde nesse período eram praticamente determinadas pelo que Campos (2002) se refere como a “Clínica clínica”, aquela ação de saúde compartimentalizada e essencialmente composta pelos saberes médicos especializados. Podemos facilmente notar que nesse período, tal prática centra-se nos discursos de saber/poder a fim de criar dispositivos de normalização, os testes psicológicos são bons exemplares.

Nas décadas seguintes, o combate à ditadura, e, por conseguinte, às práticas antidemocráticas fizeram com que, em solo brasileiro, a horizontalidade, tanto a nível de gerência como o de saberes técnicos, pudesse ser a aposta. Nesse sentido é que afirmam as autoras: “As proposições do SUS apontam para a saúde como direito do cidadão e dever do Estado; saúde como questão integral [...] como uma questão coletiva [...] saúde a partir de dados epidemiológicos construídos com a população, e não mais baseada em dados mercadológicos” (MEDEIROS; BERNARDES; GUARESCHI, 2005, p. 269). Dessa forma, com a consolidação das reformas psiquiátrica e sanitária, no fim da década de 80, o trabalho em saúde pública é transversalizado por novas práticas profissionais, visto a pretensão de uma lógica de horizontalização dos saberes.

Com o cuidado em questão, pode-se utilizar da advertência de Pelbart (1990) acerca da problemática dos reducionismos:

Trata-se de saber primeiramente se faremos com os loucos aquilo que já se fez com homossexuais, índios, crianças ou outras minorias - ou seja, definir-lhes uma identidade, atribuir-lhes um lugar, direitos, reconhecimento, até mesmo privilégios - mas ao mesmo tempo torná-los inofensivos, escravizando o seu potencial de desterritorialização. Por potencial de desterritorialização entendo aqui esse potencial secreto e admirável de embaralhar os códigos, subverter as regras do jogo e transpor ou deslocar os limites, sempre de um outro modo, seja através de um devir-bicha, de um devir-negro, de um devir-nômade ou de um devir-louco, e ora assumindo um rosto estranho, ora ameaçador, sacrílego, herege, criminoso ou delirante (p. 132).

O autor ajuda a trabalhar a questão do cuidado que se quer nessa nova tentativa de se fazer saúde. A partir dessa perspectiva é que as redes de atenção são constantemente testadas. Assim, o autor já fazia essa provocação na década de 1990, se lutamos tanto pela democracia, e por uma nova lógica de cuidado, continuaremos utilizando nosso saber para Euclausurar, para frear os devires a partir de uma identidade congelada?

Essa brevíssima descrição do trabalho do psicólogo que sai dos consultórios para trabalhar nos serviços de saúde em rede traz, implicitamente, o avanço do papel do Estado da sociedade disciplinar à de controle¹⁵. Sem desconsiderar a

¹⁵ Para Deleuze (2014), Foucault, antes de seu precoce falecimento, já dizia que a sociedade não se explicava apenas pelas disciplinas. O autor diz, em 1990, que com o advento da cibernética a sociedade estaria a caminho do controle total. “O marketing é agora o instrumento de controle social e forma a raça impudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem já não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida,

importância histórica e as bandeiras ético-políticas de humanização, problematizando o exercício profissional, pode ser observado que no fundo há a ação biopolítica do Estado, dado que são práticas de regulação da população – talvez aqui já se possa considerar a tamanha importância do discurso de humanização.

Estamos indo rápido demais. Você deve estar se perguntando: o que tem a ver cuidado com gestão da vida? Disciplina com bandeiras de humanização? Saber-fazer profissional com essa tal biopolítica? Prometemos que vamos desembaralhar. Para nos ajudar na tarefa de cartografar essa correnteza, recorreremos novamente a alguns escritos de Foucault, e outros de Agamben.

Dessa forma, podemos tomar um livro que embora fale sobre sexualidade, no seu capítulo final, “Direito de Morte e Poder sobre a Vida”, Foucault (2015) apresenta as duas características que, para ele, a gerência do Estado assumiu acerca dos corpos que compõem as cidades. Segundo o autor, dois traços foram característicos das medidas adotadas, são eles: o poder disciplinar (século XVIII) – já tratado no capítulo anterior - sendo o corpo visto como máquina, aquele que precisa ser moldado pelas instituições, adestramento. E o segundo, que aqui nos interessa mais, se configura mais tardiamente (século XIX) nas relações biológicas, corpo-espécie, em que o poder atua acerca do controle regulatório da população, constituindo a biopolítica.

Se recordarmos dos ares mais irrespiráveis, já havíamos apontado que o novo modelo jurídico-político-econômico nasce com a ascensão da burguesia, na função de governar um novo conceito, a população. Sob as novas técnicas do poder é que Foucault se debruça para pensar a maneira com que o Estado-Nação se organiza para gerir as relações que ocorrem em seu território. Essa arte de governar é o que Foucault (2014b) chama de Governamentalidade. Para ele, as táticas dessa nova gerência encontraram na estatística e na seguridade as bases para que o governo se torne econômico, passo fundamental à consolidação do capitalismo, sendo estabelecida, dessa forma, a economia política. Com isso, temos dois novos poderes utilizados pelo Estado que vetorizam o Euclausuramento a serem considerados, a biopolítica e o poder pastoral.

Vamos ao primeiro.

numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a dissipação dos guetos e favelas” (DELEUZE, 2014, p. 228).

A partir do pensamento de seguridade territorial temos uma abertura à biopolítica. A proteção aos bens, o direito de propriedade, foi bastante trabalhado no capítulo destinado às disciplinas. Contudo, o Estado passou a se atentar a um outro processo de seguridade, a biológica dos cidadãos. Visto que estes não poderiam mais morrer tão facilmente, eles se tornaram mão de obra. Dessa forma, podemos nos atentar a uma conferência em que Foucault esmiúça o governo das epidemias, das ameaças invisíveis aos cidadãos.

Assim, abrimos o texto “O nascimento da medicina social” proveniente da transcrição dessa conferência. Ao investigar a medicina como estratégia de controle, o autor nos diz “Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada [...] Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica” (FOUCAULT, 2014b, p. 144). Nesse sentido, o autor afirma que o saber médico foi utilizado para demarcar relações de poder na cidade. Para apresentar essa tese, ele analisou o nascimento desse gerenciamento em três países diferentes, Alemanha, França e Inglaterra.

No primeiro deles, Foucault (2014b) assinala que a medicina era totalmente de Estado. Explicamos. O surgimento do controle médico na Alemanha se deu no começo do século XVIII, momento, para o leitor que gosta de história, em que este país ainda não era uma unidade territorial¹⁶. Devido ao território alemão ser composto por diversos pequenos estados, dele ser fragmentário, o autor cita que o controle epidemiológico estabelecido pela medicina ocorria totalmente estatizado, a fim de uma gestão de saúde mais eficiente. Para tal, estabeleceram vários princípios: observação meticulosa da morbidade e das doenças; normalização da profissão médica e criação de conselhos regulatórios dos mesmos; nomeação de profissionais médicos com cargos públicos responsáveis por administrar determinadas áreas territoriais, para uma maior especificidade no saber técnico. Configurando, assim, a medicina administrativa/estatal.

O modelo desenvolvido na França é mais tardio, data do final do século XVIII. De acordo com Foucault (2014b), nesse país a medicina encontra-se radicalmente ligada à urbanização. Com o grande aumento populacional do período, o medo das novas relações urbanas passa a ditar o ritmo dos regulamentos. Dessa forma, esse

¹⁶ A unificação da Alemanha, ou Segundo Reich ocorreu apenas no final do século XIX.

tipo médico/urbano passou a centrar seu olhar em alguns pontos, tais como: averiguar os amontoamentos que podem provocar doenças, especialmente os cemitérios – estes deixaram os centros rumo às periferias; ter o controle da circulação, principalmente da água e do ar¹⁷, elementos que na época eram tidos como importantes vetores de doenças; distribuir as sequências, a arte de bem governar os elementos que compõem os espaços da cidade, fazer o esquadramento dos espaços públicos.

Essa medicina urbana é bastante relevante à biopolítica, pois ela inaugura um novo método de gestão epidêmica, a quarentena. Com o esquadramento dos lugares, a arte de distribuir economicamente as coisas pode trazer a gestão da peste. Em contrapartida à gestão da lepra – em que a tecnologia era mandar para fora, o exílio –, a gestão da peste por meio da quarentena, permite que o controle das doenças possa ser efetuado no interior da cidade. A quarentena consistia, portanto, em um sistema de verificação de mortos e vivos. Quando colocado a funcionar o estatuto da peste, as pessoas deveriam ficar em casa para serem encontradas em um único local. A cidade deveria ser dividida em vários bairros sob a vigilância dos chefes de distrito. Este ficava com a incumbência de realizar a revista, e um relatório diário ao prefeito. Na hora da ronda, ao passar pela rua, era solicitado que cada cidadão se apresentasse à janela de sua casa, para que se soubesse se ainda estavam vivos. Conforme cita o autor, “Se, por acaso, alguém não aparecia, estava, portanto, doente, tinha contraído a peste era preciso ir buscá-lo e colocá-lo fora da cidade em enfermaria especial. Tratava-se, portanto, de uma revista exaustiva dos vivos e dos mortos” (FOUCAULT, 2014, p. 156). A partir do registro permanente, a gestão passa a ser individualizada e esquadrihada, é criado um saber minucioso sobre o corpo e sobre a cidade, configurando a medicina/urbana.

Por fim, o autor traz a Inglaterra. Em Londres, polo de maior desenvolvimento econômico da época, a medicina social congregou os dois modelos citados anteriormente, uma maior estatização – a França com seus ideais liberais da proteção à propriedade não lidava bem com a ideia de estatização da cidade – em conjunto à urbanização. A partir da cólera que assolou a Europa na década de 1830, pobres e ricos tiveram que começar a dividir o espaço urbano, de modo a populosa

¹⁷ Foucault (2014b) cita que Paris foi uma das primeiras cidades a possuir um projeto de escoamento e tratamento de esgoto, como medida sanitária.

camada mais baixa da sociedade passar a ser motivo de grande preocupação. Assim, há a promulgação da lei dos pobres, e mais tarde a consolidação do *health service*, com sistemas de controle de vacinação e organização nosográfica das doenças, “[...] aparece, no século XIX e sobretudo na Inglaterra, uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas” (FOUCAULT, 2014, p. 169). O discurso médico higienista tem aqui as bases para seu crescimento e consolidação enquanto macro saber/poder.

Dessa forma, com Foucault, podemos afirmar que se inverte a máxima da gestão da vida. O poder de vida e morte se inverte no paradigma moderno. Na soberania tínhamos a sentença de que o poder faz morrer e deixa viver, já nas estratégias da governamentalidade ele faz viver e deixa morrer.

Leitora, continua conosco? Uma pequena pausa para buscar outra coberta, a temperatura continua caindo. Fechamos a navegação dessa conferência que fala da genealogia do cuidado médico com o corpo. Com isso, passamos a investigar a influência do poder pastoral na governamentalidade e suas contribuições à maré biopolítica.

Em um artigo acerca do nascimento da biopolítica das drogas, Souza (2014) parte em busca de como o Estado Moderno conseguiu legitimar as suas estratégias biopolíticas em um ambiente tão conturbado, recheado de revoltas, como o do período que estamos analisando. Segundo a pesquisa desse autor, Foucault pontua a importância do poder pastoral nessa tarefa. Proveniente da baixa idade média (século IV), esse poder traz consigo a questão da preocupação com o cuidado do rebanho, ou se quiser dos súditos.

A partir do momento em que o cristianismo se consolidou como religião oficial do Império Romano¹⁸, o poder de pastoreio teve as condições de possibilidade à sua consolidação, estabelecendo três principais pilares: a busca pela salvação; obediência irrestrita as leis divinas; e a busca pela verdade do ser, com a confissão. Desse modo, o bom pastor seria aquele que bem conheceria o seu rebanho a partir do saber individualizado de cada uma de suas ovelhas. Visando o afastamento dos pecados, tais pilares são mais facilmente observados a partir da prática doutrinária dos pastores. Dessa forma, esse saber pormenorizado do todo pode ser verificado

¹⁸ Edito de Tessalônica, 380 d.C.

nas estratégias de cuidado da saúde da população no controle biopolítico da medicina social.

A busca pela salvação passa primeiramente pela introdução do certo e errado nas relações sociais, de modo àquilo que não é bom ser relegado ao pecado, e aqui o leitor pode nos dizer: “a moral cristã”. Sim, a moralidade judaico/cristã é impregnada já desde essa época. Através da dualidade entre bem e mal, temos a obediência irrestrita. Para que a caminhada terrena possa chegar ao paraíso se faz necessário toda essa subordinação cega. Esse segundo pilar do pastoreio vem a se tornar as bases à seguirmos as regras que nos são impostas sem questioná-las, visto que além das atitudes pecaminosas serem faltas com Deus, a vontade divina deve sempre prevalecer. Junto a esses dois, podemos notar no ato de confissão, na tentativa de purificação dos pecados, os primeiros movimentos de construção da verdade de si. Souza os sintetiza dessa forma:

A associação intrínseca entre prazer e mal, a adoção da abstinência como norma de conduta e a instauração de um estado de vigília e obediência criam as bases de um poder pastoral que será, após séculos do seu surgimento, incorporado por novas tecnologias de poder (2014, p. 981).

Mas, enfim, onde se encaixa o Jesu nisso? Já tomei chocolate, para viajar com vocês aceitei até o vinho, embora não tenha lareira. Leitor@, nós advertimos que o processo de nossa escrita é lento, além disso, é bastante arriscado nos propormos a fazer genealogia sem o devido cuidado histórico. O Jesu se encontra exatamente nesse ponto, em que a biopolítica se hibridiza nas políticas públicas que cuidam dos corpos. Nessa perspectiva é que cabe as problematizarmos para propor intervenções éticas, de afirmação da vida, não reproduzir as meras normalizações Euclausuradas.

Já que você está ansiosa, o Jesu foi mais um dos jovens que decidiram fazer tratamento para problemas com abuso de substâncias. Com grande alarde midiático acerca desse problema para a ordem pública, o Governo Federal lançou uma tentativa, de muito recurso financeiro, para estabelecer um plano de combate ao uso de drogas, em especial ao crack. Esse psicotrópico tem maior notoriedade que os demais, devido aos visíveis danos ao comportamento daqueles que se tornaram

adictos. Contudo, da forma como é tratado o problema pela televisão realmente parece que não existe amor em SP¹⁹.

Mesmo que esse narcótico tenha menos alcance que muitas drogas lícitas, como cigarro e bebidas alcoólicas, no ano de 2011 foi lançada pelo governo federal a Cartilha do Programa “Crack, é possível vencer”²⁰. Prevendo uma pactuação junto aos governos estaduais e municipais, esse mega projeto nacional, busca como cita sua cartilha: “prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário de crack, bem como enfrentar o tráfico de drogas” (BRASIL, 2011).

Dessa forma, estrutura-se em três focos: eixo prevenção; eixo cuidado; e eixo autoridade. Cada um deles visa promover capacitação técnica, vinculada às Universidades das diversas localidades do país. Além disso, prevê a implementação de diversos equipamentos nas cidades com mais de 200 mil habitantes, tais como: Consultório na rua/Redução de danos, CAPS infantil, CAPS AD III (24 horas), Comunidades Terapêuticas, Unidades de Acolhimento (Adulto e Infanto-Juvenil), Polícia comunitária, Bases móveis de monitoramento, entre outras. Assim, houve a criação de diversos novos serviços públicos, com suas diversas diretrizes e saberes profissionais²¹.

Conforme sublinhado no início dessa navegação, pensaríamos a maré biopolítica em conjunto ao trabalho do profissional psicólogo que saiu da clínica privada para trabalhar nas redes de saúde. Assim, a partir da reforma psiquiátrica, os serviços de atendimento em saúde mental, agora somado aos do tratamento ao uso de drogas, se complexificaram, visto sua pretensão interdisciplinar.

Nessa perspectiva, o tratamento em rede é constantemente testado quando os projetos são colocados em prática. O trabalho descentralizado da figura hegemônica médica nasceu trazendo novos paradigmas técnicos e desafios ao saber-fazer prático. Nesse sentido é que Eduardo Passos e Regina Benevides

¹⁹ Não estamos relativizando o problema sério que é o uso abusivo de crack, mas sim pensando como podemos encarar essa tarefa eticamente e com menos alarde. Dessa forma, ainda que o crack atinja várias cidades brasileiras, optamos por recorrer à música do Criolo “Não existe amor em SP”.

²⁰ Presidência da República, DECRETO Nº 7.637, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011. Regulamenta o funcionamento do programa. Para termos ideia do tamanho de sua abrangência, em seu comitê gestor, devem participar conforme cita o artigo 4º: Ministério da Justiça; Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Saúde; e Ministério da Educação.

²¹ No que se refere aos equipamentos do ministério da saúde, PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

provocam acerca dessas redes que a nova lógica de cuidado está tentando com muita dificuldade criar, dado que navegamos no Estado capitalístico:

A globalização neo-liberal é uma rede fria e de cima para baixo porque sua lógica é a do capital enquanto equivalente universal ou sistema de equalização da realidade. Já a rede quente se caracteriza por um funcionamento no qual a dinâmica conectiva ou de conjunção é geradora de efeitos de diferenciação, isto é, trata-se de uma rede heterogenética. É nesse sentido que a experiência do coletivo, do público ou mesmo da multidão deve ser retomada como plano de produção de novas formas de existência que resistem às formas de equalização ou de serialização próprias do capitalismo. Devolver o produto a seu processo de produção tal como entendemos ser a direção da clínica pressupõe conectarmo-nos nas redes quentes produtoras da diferença. (PASSOS & BENEVIDES, 2004, p. 169-170).

Pegando essa ideia emprestada de redes quentes, se faz importante pensar o cuidado na clínica SUS como também uma prática política, implicada aos seus deveres ético-políticos.

Sem que se coloque em questão as práticas profissionais, facilmente caímos nas redes frias. Na esteira desse pensamento, os psicólogos, como os demais profissionais, atuando como operadores de políticas públicas, ainda que sob a insígnia dos direitos humanos, apenas contribuem à manutenção da maquinaria capitalística da governamentalidade. Aos atuarmos na perspectiva das redes frias, no fundo, somos nada mais nada menos que bons funcionários do Estado. São políticas de Euclausuramento no viés biopolítico.

Tomemos o exemplo de Jesu, nossa personagem conceitual. Um jovem que circula pelos sistemas de assistência de sua cidade. Desde pequeno morou em um orfanato municipal. Posteriormente, largou a escola e se dirigiu ao abuso de substâncias. Seu corpo entra em conflito direto com o Estado, em termos legais, na questão biológica do cuidado em saúde e, além disso, no viés econômico. A tutela de sua vida é praticamente toda pertencente à governamentalidade.

Como aqui centramos no viés biopolítico, podemos notar que seu tratamento é atravessado por essa lógica de cuidado-controle-disciplina. Vamos ao protocolo. Ao ser acolhido no Caps AD, foram buscados seus vínculos familiares – como em seu caso não existe, seu histórico e documentação foram buscados junto ao orfanato. Com o seu ingresso no serviço, foi efetuada a sua avaliação, e o estabelecimento do PTS (Plano de Tratamento Singular). Neste, previa algumas oficinas e indicação de grupos no Caps, além de tratamento em tempo integral, pois fora indicado à Unidade de Acolhimento. Mas precisamos observar, sua condução é

feita sempre partindo de um pressuposto básico, a identidade, a alma-individualidade de Jesu ou dos demais usuários.

Esse protocolo foi elaborado por uma equipe multidisciplinar, ou seja, pelos saberes que a compõem. Se voltarmos ao programa como um todo, as pessoas que aderirem ao tratamento estarão sendo submetidas aos três eixos, cuidado (saúde), prevenção (escola) e autoridade (policiamento). O tratamento de Jesu foi pensado a partir dessas três grandes áreas discursivas de saber/poder. Em vista disso é que precisamos colocar em questão o trabalho profissional. Essa rede é muito complexa, facilmente caímos em práticas fascistas que não promovem singularização e sim processos da ordem do Euclausuramento.

Caro leitor, esperamos que ainda não tenha dormido. Se tomou mesmo a taça de vinho, seria legal uma pequena xícara de café. Caso tenha problemas em tomá-lo de noite, retome a leitura amanhã de manhã, já estamos acabando. Para finalizar a navegação do consultório político, vamos aprofundar a relação do trabalho ético-político do profissional psicólogo no Estado democrático com Agamben.

Visto que as declarações de direitos nascem na mesma época em que a burguesia assume o controle do Estado, há uma relação limite e paradoxal na questão dos direitos humanos.

Não é possível compreender o desenvolvimento e a vocação “nacional” e biopolítica do Estado moderno nos séculos XIX e XX, se esquecemos que em seu fundamento não está o homem como sujeito político livre e consciente, mas, antes de tudo, a sua vida nua, o simples nascimento que, na passagem do súdito ao cidadão, é investido como tal pelo princípio de soberania (AGAMBEN, 2014, p.125).

Em sentido extremo, são os direitos do homem/cidadão que delegam a gerência da vida ao Estado. Dizendo de outra forma, na assinatura do contrato, legitimamos que o Estado capitalístico dite a maneira que se deve viver. Nos parece, Leitor, que a passagem ao ser de direitos não nos garante liberdade, igualdade, e sim uma transformação de gerência, dos ares irrespiráveis à modernidade capitalística.

Naveguemos às proposições de Agamben acerca da biopolítica. Segundo Pelbart (2007), em sua revisão sobre o conceito de biopolítica, para o pensador italiano, as táticas biopolíticas empreendidas pelo Estado fazem de cada indivíduo um corpo natural biológico produtivo, dos quais se tenta extrair o máximo de utilidade e criatividade em prol do sistema. Além disso, esse *modus operandi* do

Estado capitalista contribui à produção de corpos sobreviventes, semelhantes àqueles do *Lager*²², dos campos de concentração nazistas.

Vamos às palavras do próprio autor no livro “O poder soberano e a vida nua”. Para Agamben (2014), a figura da vida nua²³ inaugura uma categoria de gestão excepcional da vida pelo poder de soberania, o poder de vida e de morte do monarca – e que ainda hoje não foi desativado. Nesse sentido, coloca a imagem do *lager* como o paradigma da biopolítica moderna. Diferentemente de Foucault, para ele a biopolítica nos dias atuais faz com que todos nós estejamos em uma espécie de campo de concentração, uns com mais sorte, outros muito mais afogados²⁴.

A gestão da vida nua só funcionou no terceiro reich, pois o direito excepcional de morte do soberano foi passado à figura do tirano, do *Führer*. É esse regime de sítio, quando as leis são abolidas em nome da seguridade da nação, que legitimou o totalitarismo alemão, com o direito de morte sobre a vida nua. Dessa forma, Agamben nos diz que a tarefa dos pensadores é a de observar como esse modo de gestão dos corpos se transfigura para os dias atuais,

[...] o campo, como puro, absoluto e insuperado espaço biopolítico (e enquanto tal fundado unicamente sobre o estado de exceção), surgirá como o paradigma oculto do espaço político da modernidade, do qual deveremos aprender a reconhecer as metamorfoses e os travestimentos” (2014, p. 119).

Para o autor esse seria o dever ético-político do contemporâneo, pois o formato do Estado de exceção nazista foi o de transformar a biopolítica em tanatopolítica, ou política de extermínio,

O hebreu sob o nazismo é o referente negativo privilegiado da nova soberania biopolítica e, como tal, um caso flagrante de *homo sacer*, no sentido de vida matável e insacrificável. O seu assassinato não constitui, portanto, como veremos, nem uma execução capital, nem um sacrifício, mas apenas a realização de uma mera “matabilidade” que é inerente a condição de hebreu como tal (AGAMBEN, 2014, p. 113).

Por esse motivo é que precisamos mais do que nunca desativar esse dispositivo, pois “Se hoje não existe mais uma figura predeterminável do homem

²² Campo de concentração em alemão.

²³ Esse tipo de vivente é aquele que se encontra – no antigo direito romano – em uma zona de indeterminação entre a vida terrena e a dos espíritos, assim, podendo ser caracterizada como a vida matável e insacrificável. A vida daquele que pode ser morto sem que esse ato seja considerado homicídio, e ao mesmo tempo, paradoxalmente sem a sua morte ser digna de sacrifício ou culto, visto esta ser uma vida sacra, já separada da terrena. (AGAMBEN, 2014).

²⁴ No livro “O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha” (Homo sacer III), Agamben faz uma extensa explanação acerca dos judeus viventes nos campos de concentração, a partir do conceito de afogados de Primo Levi.

sacro, é, talvez, porque somos todos virtualmente *homines sacri*” (AGAMBEN 2014, p. 113). O frio que sentimos enquanto escrevemos não é só da ordem da temperatura. Ele é também proveniente da morte de nossa jovem democracia. O ar gelado se mistura ao odor do golpe.

Ao delegarmos o governo da vida apenas ao Estado, entregamos também a política de si, nos deixamos Euclausurar. Aqui fica mais nítida a importância do pensamento político acerca do trabalho profissional, pois com essa tese de Agamben acerca da biopolítica contemporânea como *lager*, como produzir espaços de invenção, de fuga, até mesmo de fala dentro dos serviços? Podemos também nos questionar: se assumirmos essa tese do pensador italiano, os eus clausurados não seriam, de certo modo, semelhantes aos sobreviventes?

A correnteza biopolítica é bastante extensa, trouxemos alguns fragmentos que nos ajudam a pensar o Euclausuramento e a difícil tarefa de se trabalhar com as políticas públicas. Para fazer referência ao sangue castelhano de Jesu, pensamos que essa citação de Castro (2011) possa nos ajudar a encerrar esse vetor da navegação. Segundo o autor, a vida humana é pensada a partir de suas ações/relações “*con la ley, con salud, con la fuerza o con la abundancia, o, si preferimos, con el derecho, con la medicina, con la guerra y con la economía. El modo en que la vida humana entra en juego en las relaciones entre estos dominios constituye [...] la problemática biopolítica*”. (p.8). Desse modo, o Euclausuramento pode ser observado também no viés biopolítico.

Essas estratégias de governo utilizadas pelo Estado, ainda que no sentido de cuidado com os corpos, como no caso do Jesu, são da ordem das políticas identitárias. Fomentam o Euclausuramento, pois necessitam da individualidade para operar.

Em meio às marés biopolíticas, como trabalhar com políticas públicas sem euclausurar? Conseguiríamos trabalhar com os equipamentos do programa de combate ao crack sem o conceito de identidade, sem a clausura do eu? Quais os deveres éticos e políticos do trabalho profissional? Como auxiliar a produção de ações/relações menos sufocantes?

Capítulo 3

Henrique teve que ignorar seus músculos e se por de pé logo aos primeiros raios solares. Após ter roncado a noite inteira, seu Souza levantou antes do amanhecer. Como de costume, preparou café para mais um dia de trabalho. Embora o delicioso aroma inundando o barco, o velho pescador teve dificuldades para acordar os rapazes que o acompanhavam. Jesu, que se recolheu madrugada adentro, só acordou com os berros do patrão: “Levantem seus molengas, temos muito peixe para hoje”. Ainda sonolentos, Jesu e Henrique tomaram uma caneca de leite com café e rapidamente começaram a lançar redes.

Durante todo o trabalho da manhã, apenas pequenos peixes, prontamente devolvidos – alguns siris também ficaram presos. Seu Souza estava incrédulo. Em uma vida dedicada à lagoa, nunca havia ficado mais de dois dias sem uma boa pesca, mesmo que nos últimos tempos os peixes tenham dado uma sumida. A frustração aumentou quando pararam para almoçar a péssima comida de Henrique.

O dia estava lindo, céu azul e poucas nuvens. Lindo para quem não tinha que lidar com o seu Souza enfezado, debaixo do sol escaldante. Sem descanso, após a pausa do almoço, seu Souza resolveu tentar a sorte em outro ponto da lagoa. No meio do caminho, para surpresa de todos, o motor começou a pifar. Contudo, não tiveram tempo para se preocupar com ele. Milagrosamente, seu estouro fez com que os peixes resolvessem se atirar às redes. Pescaram muito.

Ao fim do dia, Henrique já nem sentia seus braços. Igualmente Jesu, além de ter que puxar as redes para dentro, foi designado à tarefa de resfriar os peixes. Seu Souza estava em um misto de cansaço, indignação e alívio. Após delegar funções aos rapazes, se dirigiu ao interior do Essex para ver o que poderia ser consertado. No entanto, por falta de peças, nada pode fazer a não ser ligar para a associação e pedir reboque.

Assim, à deriva, os três jantaram calados – ao menos seu Souza preparou a comida. O velho pescador apenas calculava o prejuízo que foi essa última saída. Por sorte, provavelmente o que conseguiram nessa tarde cobriria os gastos. Henrique e Jesu só conseguiam pensar em voltar para casa, o que só deveria acontecer na tarde do dia seguinte, visto a distância que se encontravam da colônia.

Ainda irritado, mas orgulhoso pelo serviço dos meninos, seu Souza se despediu de ambos e foi para cama. Henrique, com dor em todos os lugares do corpo, decidiu admirar o céu, agora estrelado. Assim, deitou-se ao lado de Jesu que estava do lado de fora do barco escrevendo. Uma de suas mãos segurava a caneta e a outra uma lanterna. “O que está fazendo aí?”. Jesu rebateu, “Nada não, só fazendo o tema que a Bel passou, escrever histórias”. Henrique deu um leve sorriso, “Quem você quer enganar cara? Por quem do coletivo tu se apaixonou? Tá escrevendo sobre o quê?”. Jesu, meio sem jeito, disse: “Sobre as estrelas”.

Após um momento de silêncio, Henrique se levantou, desajeitado e dolorido, em busca de um livro que estava no interior do barco. Ao voltar, localizou a passagem destacada e quebrou a calmaria, “Aí Jesu, leva essa citação lá pro píer”.

No firmamento que olhamos a noite, as estrelas resplandecem circundadas por uma densa terra. Uma vez que no universo há um número infinito de galáxias e corpos luminosos, o escuro que vemos no céu é algo que, segundo os cientistas, necessita de explicação. [...] No universo em expansão, as galáxias mais remotas se distanciam de nós a uma velocidade tão grande que sua luz não consegue nos alcançar. Aquilo que percebemos no céu é essa luz que viaja velocíssima até nós e, no entanto, não pode nos alcançar, porque as galáxias das quais provém se distanciam a uma velocidade superior à da luz (AGAMBEN, 2009, p. 64-65).

“Bah, que massa, leia mais uma vez”. Desse modo, olhando para as galáxias, os dois ficaram conversando sobre o coletivo.

Sem se darem conta, as calmas marés da lagoa os levaram para próximo de uma pequena ilha, o barco não fora ancorado. Assim, sentiram um leve solavanco, pareciam ter esbarrado em algum banco de areia, o que denunciou o esquecimento. Os dois de sobressalto, voaram tomar as rédeas do barco lançando a âncora – tudo isso no maior silêncio, para que seu Souza não percebesse a trapalhada.

Mirando o horizonte, não o do progresso técnico, lá longe, podiam ser vistas algumas luzes de outros barquinhos de pesca. A noite estava sem luar. Ao voltarem seus olhos para a ilha, Jesu e Henrique observaram algumas luzes difusas. Apagaram as lâmpadas do Essex. A luminescência embaralhada agora ficou mais nítida. Uma nuvem de vaga-lumes a bailar.

Maravilhados com a beleza do que enxergavam, correram chamar o seu Souza. O velho, irritado por ter sido acordado, não entendeu o que os meninos falavam, “Que que vocês querem?”. Os meninos empolgados, “Levanta vô”, “Vamos

seu Souza”. O pescador, admirado com imagem, só conseguia pensar em sua amada, “À noite dos vaga-lumes”.

À Noite dos Vaga-Lumes

Caríssimo leitor,

E se um dia, ou uma noite, um demônio lhe aparecesse furtivamente em sua mais desolada solidão e dissesse: “Esta vida, como você a está vivendo e já viveu, você terá de viver mais uma vez e por incontáveis vezes; e nada haverá de novo nela, mas cada dor e cada prazer e cada suspiro e pensamento, e tudo o que é inefavelmente grande e pequeno em sua vida, terão de lhe suceder novamente, tudo na mesma sequência e ordem – e assim também essa aranha e esse luar entre as árvores, e também esse instante e eu mesmo. A perene ampulheta do existir será sempre virada novamente – e você com ela, partícula de poeira!”. – Você não se prostraria e rangeria os dentes e amaldiçoaria o demônio que assim falou? Ou você já experimentou um instante imenso, no qual lhe responderia: “Você é um deus e jamais ouvi coisa tão divina!”. Se esse pensamento tomasse conta de você, tal como você é, ele o transformaria e o esmagaria talvez; a questão em tudo e em cada coisa, “Você quer isso mais uma vez e por incontáveis vezes?”, pesaria sobre os seus atos como o maior dos pesos! Ou o quanto você teria de estar bem consigo mesmo e com a vida, para não *desejar nada* além dessa última, eterna confirmação e chancela? (NIETZSCHE, 2012, p. 205, grifo no original).

No aforismo 341 de “A Gaia Ciência”, o bigodudo nos coloca talvez uma das maiores problemáticas da ética na existência, o eterno retorno do mesmo. Você suportaria cada virada de ampulheta? Nós, preferiríamos não.

Dessa forma, retomaremos a máscara do Navegador/Micropolítico. Se não aceitamos o eterno retorno das políticas capitalísticas do Euclausuramento, como enfrentar o peso mais pesado²⁵? Retomando a pergunta que havíamos nos colocado lá nos ares irrespiráveis, como colocar em questão o processo da clausura do Eu, sem falar pelos outros? Dizendo de outra forma, como fazer política, sem cair na representação?

Ah! Conseguiu dormir bem essa noite? Leu até o final, ou resolveu ir para a cama? Ou ainda está acordada? Estamos ansiosos para ouvir de ti o que achou do último capítulo. Além disso, preocupados, pois já estamos partindo à maré do fazer política. Se permaneceu acordado, sugerimos definitivamente café. Se foi dormir, a divina bebida²⁶ é uma ótima pela manhã.

²⁵ Título do aforismo 341.

²⁶ Se não se recorda dos agradecimentos, sem Deus ter inventado o café não haveria TCC.

Enfim, naveguemos.

“Para conhecer os vaga-lumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 52). Ao retirarmos essa obra da gaveta, somos levados a navegar pela belíssima metáfora da imagem dos vaga-lumes. Segundo seu autor, os pequenos pirilampos são as luzes menores, àquelas capazes de oferecer resistência às grandes luzes fascistas de Mussolini.

Para pensar a resistência a uma época tão sombria como a do totalitarismo italiano da segunda guerra, e indo além, das crescentes e sutis práticas antidemocráticas desde a década de 1960, Didi-Huberman (2011) utiliza da potente crítica de Pasolini²⁷. Para enfrentar tanto os refletores da DCA²⁸, os projetores das propagandas a iluminar apenas o ditador, bem como o fascismo já em período democrático, a aposta do cineasta é a da intensa busca pelos vaga-lumes, correr atrás dessas pequenas luminescências, constantemente escondidas atrás da intensa claridade.

Você deve estar se perguntado: ora, mas por que temos que ir atrás? Leitor, “Não pense em crise, trabalhe!”. Assim como os outdoors da época ditatorial, o fascismo se camufla em períodos de Estado democrático, haja vista a ânsia de vômito provocada pelo odor mortuário do golpe brasileiro. Agamben (2014) nos instiga nesse sentido, devemos estar atentos à vocação totalitária desses estados de direitos. Sentimos suas náuseas mais nitidamente nos períodos conturbados à economia, mas o fascismo nunca nos deixou.

Nessa perspectiva, Agamben (2009) diz que precisamos tentar compreender o escuro iluminado desse nosso tempo. Assim como, de certa forma, faziam Jesu e Henrique com a citação do pensador italiano em “O que é o Contemporâneo?”²⁹, ao dialogarem acerca dos serviços de saúde mental e do coletivo. Tentar desnaturalizar o poderio de captura que as grandes luzes possuem.

Nessa conferência, pensando na cegueira causada pelas intensas luzes das quais vivemos, o autor fez essa provocação. Sejam elas do consumo/propaganda,

²⁷ Pier Paolo Pasolini, famoso cineasta, poeta e escritor da esquerda italiana.

²⁸ Defesa Contra Aeronaves. Para procurar os inimigos no céu, a estratégia era a de lançar mão desses grandes refletores.

²⁹ AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ou do poder/saber tecnicista. Desse modo, com Jesu, podemos colocar em questão as políticas, tanto a do processo de subjetivação, como as das políticas públicas do consultório político: em meio às estratégias de Euclausuramento como fazer política?

Voltemos ao Didi-Huberman. Em sua análise do “*L’articolo delle lucciole*” (O artigo dos vaga-lumes), de Pasolini, aponta a uma dupla crítica. A primeira é a do desaparecimento dos vaga-lumes humanos, do genocídio da resistência, o esmagamento das variadas formas culturais, em prol de um único estereótipo, “O ‘verdadeiro fascismo’, diz ele, é aquele que tem por alvo os valores, as almas, as linguagens, os gestos, os corpos do povo” (2011, p. 29, aspas no original). O segundo ponto de crítica é ambiental. Em 1975, a poluição, decorrente do avanço industrial irrefreado – em suma, os danos causados pela indústria do petróleo – fez realmente com que houvesse o sumiço dos vaga-lumes na Itália.

Dessa forma, Didi-Huberman (2011), conversando com Pasolini, Debord, Deleuze, Benjamin, escreve acerca da sobrevivência dos vaga-lumes como prática política, da procura àqueles invisibilizados pelos ferozes projetores do contemporâneo,

[...] os vaga-lumes desapareceram nessa época de ditadura industrial e consumista em que cada um acaba se exibindo como se fosse uma mercadoria em sua vitrine, uma forma justamente de *não aparecer*. Uma forma de trocar a dignidade civil por um espetáculo indefinidamente comercializável. Os projetores tomaram todo o espaço social, ninguém mais escapa a seus “ferozes olhos mecânicos”. E o pior é que todo mundo parece contente, acreditando poder novamente “se embelezar” aproveitando dessa triunfante indústria da exposição política (p. 37-38, grifo no original).

Nesse sentido, são as *lucciole*³⁰ que podem oferecer poder de resistência, pois o fazem em comunidade, de modo que devemos ir em busca, vê-los dançar. Navegar à procura dos flamejos dos devires minoritários.

Para melhor trabalhar essa questão acerca do império consumista, tomemos de empréstimo um livro de Guattari e Rolnik. Para os autores, a máquina capitalista é agenciada à máquina Estado. Assim, em “Micropolíticas: Cartografias do Desejo”, fazem uma extensa problematização acerca da produção de subjetividade³¹

³⁰ Vaga-lume em italiano.

³¹ No campo da Filosofia da Diferença, “A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares” (GUATTARI & ROLNIK, 2013, p. 42). Dizendo de outra forma “Quando falo em ‘processo de subjetivação’, de ‘singularização’, isso não tem nada a ver com o indivíduo. A meu

permeada pelas forças dessa megamáquina, o que chamam de cultura capitalística. Dada à forma com que tal máquina faz uso do termo cultura, esse se torna extremamente reacionário. Segundo eles, “A cultura não é apenas uma transmissão de informação cultural, uma transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de as elites capitalísticas exporem o que eu chamaria de um mercado geral de poder” (GUATTARI & ROLNIK, 2013, p. 27). Ou seja, essa forma de cultura é da ordem dos mecanismos de controle.

Assim, afirmam que na modelização através da cultura capitalística “As classes dominantes sempre buscam essa dupla mais-valia: a mais-valia econômica através do dinheiro, e a mais-valia de poder, através da cultura-valor” (GUATTARI & ROLNIK, 2013, p. 31). É como se houvesse certo refinamento da luta de classes. Se a leitora tem boa memória, nos ares irrespiráveis já havíamos começado a trabalhar essa tese: como tudo está organizado, normatizado a partir da lógica do capital, temos a máxima da organização da economia subjetiva “Qualquer tipo de troca econômica, qualquer tipo de produção cultural ou social tende a passar pela mediação do Estado. Essa relação de dependência do Estado é um dos elementos essenciais da subjetividade capitalística” (Idem, p. 50). Pouco, ou quase nada, sobra à criação, os autores até brincam que a principal resultante desse processo é a infantilização, sendo as crianças as únicas não infantis.

Caros escritores, mas ao que interessa falar de identidade? Os próprios autores lhe respondem, “Ora, o que interessa a subjetividade capitalística, não é o processo de singularização, mas justamente esse resultado do processo: sua circunscrição a modos de identificação dessa subjetividade dominante (GUATTARI & ROLNIK, 2013, p. 80)”. Ao que nos parece, as forças identitárias de Euclausuramento, incidem para moldar os corpos à métrica dominante, a fim da regulação da produção e do consumo. É esse fardo que tentamos colocar em questão. Por isso, toda a nossa navegação, como dito ali em cima, em busca dos lampejos dos ofuscados devires minoritários³².

ver, não existe unidade evidente da pessoa: o indivíduo, o ego, ou a política do ego, a política da individuação da subjetividade, são correlativos de sistemas de identificação que são modelizantes” (Idem, p. 47).

³² A noção de minoria, com suas remissões musicais, literárias, linguísticas, mas também jurídicas, políticas, é bastante complexa. Minoria e maioria não se opõem apenas de uma maneira quantitativa. Maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada. Suponhamos que a constante ou metro seja homem-branco-masculino-adulto-habitante das cidades-falante de uma língua padrão-europeu-heterossexual qualquer [...] É evidente que “o homem” tem a maioria, mesmo se é menos numeroso que os mosquitos, as crianças, as

Se assumirmos mais essa forma de regulamentação ao processo de Euclausuramento, visto que “O lucro capitalista é, fundamentalmente, produção de poder subjetivo” (GUATTARI & ROLNIK, 2013, p. 41), como navegar à criação de possibilidades de fuga?

Para tentar encontrar mais pistas, tomemos um pequeno texto derivado de uma entrevista realizada por Deleuze com Foucault do início da década de 1970. A sua transcrição ficou conhecida como “Os intelectuais e o poder”³³. Os pensadores dialogam acerca do lugar dos experts na política, no sentido de evitar a criação de novos deuses e dogmas. Assim, pontuam acerca da indignidade de falar pelos outros, no constrangimento de cair na política de representar em nome de alguém – na maioria das vezes, dos mais desfavorecidos.

Sob essa advertência, para o comentador Zourabichvili (2000), a aposta de Deleuze é a do involuntarismo. Para escapar da cilada de construirmos novas bíblias e em nome de projetos dogmáticos, aceitarmos qualquer prática social – até mesmo as mais cruéis – Deleuze propõe uma política não representativa. Para perseguir essa tarefa, precisamos compreender o que o pensador francês trata por possível.

Em Deleuze, esse termo possui dois grandes campos de sentidos. Para Zourabichvili (2000) há uma relação paradoxal acerca do conceito, já que precisamos esgotar os possíveis, ao mesmo tempo em que precisamos de possível. Explicamos. Deleuze postula que há o possível que está dado, a partir da incidência das forças capitalísticas que a tudo ordenam. São essas alternativas prontas, arbitrárias, que precisam ser esgotadas. Ao passo que também necessitamos da criação do possível, em um movimento existencial de singularização, de resistência a essas forças.

Mas como? Guardamos esse texto por enquanto, e logo tomamos outros dois de empréstimo.

Navegaremos, agora, pelas análises que Deleuze e Agamben fazem de uma figura emblemática da literatura, uma personagem de Melville, aquele mesmo da baleia, leitora. Curiosamente, ambos utilizam a palavra fórmula para tratar de Bartleby. Como estamos aquecidos, continuemos com o pensador francês.

mulheres, os negros, os camponeses, os homossexuais... etc. É porque ele aparece duas vezes, uma vez na constante, uma vez na variável de onde se extrai a constante” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 55).

³³ FOUCAULT, Michel. “Os intelectuais e o poder”. In: **Microfísica do Poder**. Trad. Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 28 ed., 2014a.

Bartleby³⁴ é um escriba que deixou de escrever. Por mais humanista que seu patrão pudesse ser, este não suportou a experiência Bartleby. Se não conhece o conto, fica o alerta de *spoiler*, leitor@. Ainda assim, lhe fazemos o convite, se puder, percorra essa história de Wall Street por você mesma.

Bem, no que consiste a análise de Deleuze? Peguemos em nossa estante o “Crítica e Clínica”. No capítulo 10, “Bartleby, ou a fórmula”, o autor encontra no conto de Melville o fracasso do sonho americano da imigração fraterna e universal. Para Deleuze, o pragmatismo americano seria algo como o delírio anarquista de uma sociedade de irmãos e irmãs “Na sociedade dos irmãos, a aliança substitui a filiação, e o pacto de sangue, a consanguinidade [...] O americano é aquele que se libertou da função paterna inglesa, é o filho de um pai reduzido a migalhas, de todas as nações” (DELEUZE, 2011, p. 111).

O conto gira em torno de uma sentença arrasadora pronunciada pelo escriba Bartleby, dirigida a seu patrão, o advogado: “Eu preferiria não” (*I would prefer not to*). Após um tempo no novo emprego, Bartleby começa a colocar essa frase quando seu patrão lhe solicita tarefas para as quais ele não foi contratado, até que em um dado momento, Bartleby deixa de copiar. Leitor, você deve estar se perguntando: só isso? O que tem de novidade nessa simples frase? Para Deleuze a abertura de possíveis se dá na criação, e para ele, a fórmula de Bartleby, ao ser proferida, destrói aquele campo de possíveis das alternativas já criadas, visto que a fórmula rompe a questão da vontade racional. “A fórmula é arrasadora porque elimina de forma igualmente impiedosa o preferível assim como qualquer não-preferido. Abole o termo sobre o qual incide e que ela recusa, mas também o outro termo que parecia preservar e que se torna impossível” (DELEUZE, 2011, p. 94).

Após Bartleby passar a utilizá-la, o advogado tenta desesperadamente trazê-lo de volta ao campo racional. Não faz sentido um copista que não copia, mas Bartleby prefere não. Na análise de Deleuze, Melville ainda esburaca sua língua mãe, bem como a moral inglesa. Ao tentar trazer Bartleby para o campo da razão, Deleuze cita que o advogado assume o lugar de um pai caridoso, que quer colocar ordem na emblemática desobediência de seu funcionário. “Bem antes de Lawrence, Melville e Thoreau diagnosticavam o mal americano, o novo cimento que reestabelece o muro, a autoridade paterna e a imunda caridade” (DELEUZE, 2011,

³⁴ O conto foi publicado em definitivo no ano de 1856. MELVILLE, Herman. **Bartleby, o Escrivão: Uma história de Wall Street**. Trad. Irene Hirsch São Paulo: Cosac Naify. 2005.

p. 116). Para o autor, é a dessa autoridade do velho continente que Melville tenta alertar com o conto. Tanto é que Bartleby acaba por morrer na cadeia, “E se o impedem de fazer sua viagem, então seu lugar já é só na prisão, onde morre de ‘desobediência civil’, como diz Thoreau, ‘O único lugar em que um homem livre poderá morar com honradez’” (Idem, p. 115).

Outrossim, Deleuze também cita que a fórmula encontrada por Bartleby, realiza uma quebra na linguagem. Embora gramaticalmente correta, a fórmula é elaborada em um inglês por demais perfeito, sendo que ninguém mais o utiliza. Tornando-se, segundo o autor, quase que agramatical, o que contribui à ruptura. Dessa forma, o autor cita que “A fórmula aniquila ‘copiar’, a única referência em relação a qual algo poderia ser ou não ser preferido. *Eu preferiria nada a algo*: não uma vontade de nada, mas o crescimento de um nada de vontade”. (DELEUZE, 2011, p. 94, grifo no original). Temos, assim, nesse texto de Deleuze, a ética Bartleby. O seu involuntarismo rompe com a moral kantiana do querer pela iluminação da razão. A fórmula abre o campo de possibilidades, é como se sempre déssemos um passo atrás. Ela rompe com os pressupostos do obedecer fascista Euclausurado, individualizado, capitalístico. A ética do preferir não ao que já está pronto.

Passamos agora o timão ao pensador italiano.

Agamben (2015) utiliza de Bartleby para pensar a questão da restituição da potência. Como estamos inundados pelo querer racional do pensamento moderno, rapidamente somos levados a pensar a passagem do nada ao ato através da vontade. Contudo, nem sempre foi assim. Dessa maneira, faz uma volta aos filósofos clássicos. Segundo ele, Aristóteles foi um dos primeiros a colocar em questão a potência. Para tal, o filósofo grego diz que o pensamento em sua pura potência seria como a imagem da tabuleta de escrever³⁵ ainda nua. Ela se encontra como puro campo de possibilidades apenas em seu caráter de poder e de não poder se tornar ato.

Mas se o campo da potência é o de poder e poder não, em um só tempo, como ocorre a passagem ao ato de criação?

³⁵ “Na Grécia do quarto século antes de Cristo, a escritura feita com tinta sobre uma folha de papiro não era a única prática corrente; com mais frequência, sobretudo para uso privado, escrevia-se grafando com um estilete numa tabuleta coberta com uma fina camada de cera”. (AGAMBEN, 2015, p. 13).

O puro campo dos possíveis, a potência, pode ser exemplificado na figura de Bartleby, conforme cita o autor “A equiparação entre a escritura e o processo da criação é, aqui, absoluta. O escriba que não escreve (do qual Bartleby é a última e extrema figura) é a potência perfeita, que apenas um nada separa agora do ato de criação” (AGAMBEN, 2015, p. 18). Porém, vai além de um simples exemplo, Bartleby abre o campo da potência ao colocar a sua fórmula “*I would prefer not to*”. Para o autor, essa sentença tem um tom anafórico, ela remete sempre a um começo, de maneira a abolir a preferência, a vontade, na passagem ao ato, pois,

[...] a potência não é a vontade, e a impotência não é a necessidade: apesar da “sensação salutar” que aquelas leituras lhe induzem, as suas categorias permanecem sem efeito sobre Bartleby. Crer que a vontade tenha poder sobre a potência, que a passagem ao ato seja o resultado de uma decisão que põe fim à ambiguidade da potência (que é sempre potência de fazer e de não fazer) – essa é, precisamente, a perpétua ilusão da moral (AGAMBEN, 2015, p. 27, aspas no original).

Perpétua ilusão da moral? Para o também filólogo Agamben, por um erro de tradução, o texto de Aristóteles que falava sobre a tabuleta de escrever, ficou conhecido pela famosa interpretação empirista de Locke (século XVII) como a tábula rasa, da qual o ser humano seria uma folha em branco e conheceria o mundo através das experiências com o ambiente, e não mais pela vontade divina. Entretanto, Agamben (2015) cita essa ser uma compreensão equivocada, pois Aristóteles utiliza da *nous*³⁶ para tentar compreender o que faz com que a mão do escriba rasgue a cera com seu estilete. Ou seja, a pergunta aristotélica é a de como pensamento se abre ao ato de criação. Nesse sentido que o autor critica como a razão moderna transforma toda a questão da potência em apenas vontade, o que vem a se tornar uma das bases às técnicas de individualização/responsabilização.

Na esteira desse pensamento é que a fórmula de Bartleby se torna tão imponente. Quando proferida, ela coloca em questão a tão naturalizada problemática do querer racional, do simples sim ou não. Bartleby opta pelo nada de vontade, preferiria não. Essa construção em um futuro indeterminado traz uma linha de fuga ao campo da potência, pois ele não fecha o possível com uma resposta racional. Diferentemente do ponto de vista de Deleuze, para Agamben (2015), o advogado se desconcerta ao Bartleby romper com o próprio direito moderno, fundado no princípio da razão. “E, como o homem da lei parece intuir em

³⁶ Pensamento em pura potência, aquele que só o é quando pode e pode não.

determinado momento, a experiência de Bartleby é a mais extrema em que uma criatura pode se arriscar”. (p. 35). A ética de Bartleby é assombrosa ao patrão. Como homem da lei, não suporta a ontologia niilista de seu escriba, visto que ela reabre o campo das possibilidades.

Mas se ele sustenta que a razão é uma invenção moderna, o que esse autor diz dos clássicos? Ótima questão, leitor@.

“Um ser, que pode ser e, simultaneamente, não ser, chama-se, em filosofia primeira, contingente. O experimento, em que Bartleby nos arrisca, é um experimento de *contingentia absoluta*” (AGAMBEN, 2015, p. 38, grifo no original). A ontologia Bartleby pode nos levar a questão da contingência. “O contingente pode passar ao ato somente no ponto em que depõe toda a sua potência de não ser (a sua *adynamia*), isto é, quando nele ‘nada haverá de potente não ser’ e ele poderá não não-poder” (Idem, p. 42, grifo no original). Para resolver sua questão de como a potência se torna ato, Aristóteles recorre à contingência. Ou seja, para o filósofo grego, o campo dos possíveis, da potência só é rompido quando as contingências fazem com que se esgote toda a possibilidade do não ser.

Antes de chegarmos ao mundo moderno, ainda temos a idade média. Para problematizar a questão do possível nesse período, o pensador italiano traz a imagem da pirâmide barroca dos possíveis de Leibniz. Para Agamben (2015), na Teodisseia leibniziana, há uma retomada de um mito grego em que um guerreiro decide que precisa tomar Roma. Desaconselhado pelos oráculos, Sexto, o tal guerreiro, decide falar diretamente ao deus supremo. Para seu infortúnio, esse deus também o recomenda que desista. Este, com raiva, saí do templo e se entrega à própria sorte. Teodoro, um sacerdote que servia no local, ao ver a cena, fica curioso por saber qual seria o destino de Sexto. Assim, por conselho do deus, se dirige ao templo de Palas, em Atenas. Ao chegar lá, Teodoro cai em um sonho profundo, onde a deusa do templo lhe apresenta o Palácio dos Destinos. Esse lugar é uma pirâmide, onde em cada um de seus cômodos é apresentado ao visitante uma nova possibilidade de vida. Após passar por diversos quartos diferentes, vislumbrando diversas vidas que Sexto poderia ter tido, finalmente, Teodoro chega ao esplendor da pirâmide, seu cume. Ali, contém toda a glória divina, pois a pirâmide não tem fundo para baixo, sendo o seu ponto mais alto o melhor de todos os mundos. Nesse cômodo, o sacerdote é tomado de uma imensa alegria, pois nele, enxerga o mundo em que vivemos, o topo, aquele escolhido por deus. Dessa forma, enxerga o real

destino de Sexto. Ao sair do templo, o guerreiro parte sozinho à tomada de Roma e se destrói por não obedecer aos deuses.

Com esse mito, Agamben (2015) diz que a experiência Bartleby, recoloca a questão do possível também na doutrinação cristã. No movimento Barroco de resistência frente ao neoclassicismo, não há espaço ao não poder. Os sujeitos apenas são, seus destinos já foram escritos – em linhas tortas – por Deus. Dessa maneira, com a fórmula do escrivão, seria algo como se pudéssemos entrar no templo dos destinos e restituir o cume aos outros cômodos. Preferiria não viver no mundo mais elevado, da história pronta, escolhida por deus – ou pelo capital. “O ‘preferiria não’ é a *restitutio in integrum* da possibilidade, que a mantém em suspenso entre o acontecer e o não acontecer, entre o poder ser e o poder não ser”. (p. 46, grifo no original). A sentença Bartleby abre à contingência. O ato não está determinado, ele pode ser, assim como não ser. Ele nos leva à usina da potência, sua fórmula rompe com a vontade divina e com o querer racional, a um só tempo.

Mas seria ela capaz de colocar em questão o Euclausuramento? A fórmula nos ajudaria a preferir não ao individualismo identitário de nosso contemporâneo capitalístico? Bem como, às técnicas psi das políticas públicas?

Continuando na companhia de Agamben, agora naveguemos a outro erro de tradução. Além da ética Bartleby, da abertura à potência, o autor propõe uma outra tarefa para a política, a profanação.

O termo *religio*, segundo uma etimologia ao mesmo tempo insípida e inexata, não deriva de *religare* (o que liga e une o humano e o divino), mas de *relegere*, que indica a atitude de escrupulo e de atenção que deve caracterizar as relações com os deuses, a inquieta hesitação (o "reler") perante as formas – e as fórmulas – que se devem observar a fim de respeitar a separação entre o sagrado e o profano (AGAMBEN, 2007, p. 66, grifos no original).

Através desse erro se funda toda a noção cristã de aproximação entre o humano e divino. Contudo, para ele é justamente o contrário, a religião é o que faz a separação entre o sagrado e o terreno.

Com isso, agencia essa tese etimológica a do capitalismo como religião de Walter Benjamin. Para Agamben (2007), a partir dos postulados do autor alemão, a religião capitalista é aquela que tudo separa. Através do consumo das mercadorias faz a sacralização de todos os objetos, privatizando toda e qualquer relação. Dessa forma, esse rito de consumo faz com que haja uma impossibilidade de uso, pois ao sacralizar o objeto, coloca-se ele em outro lugar.

Nesse sentido, ainda que tenhamos pago por ele, não estabelecemos uma relação de uso, e sim de propriedade. “Se hoje os consumidores na sociedade de massas são infelizes, não é só porque consomem objetos [...] mas também e sobretudo porque acreditam que exercem o seu direito de propriedade sobre os mesmos [...]” (AGAMBEN, 2007, p. 73). Assim, para o autor, o que a religião capitalista faz é a museificação do mundo, visto que apenas sacraliza a mercadoria, a separando do campo terreno, do uso comum.

Outro ponto interessante de sua crítica é o de que “O consumo, mesmo no ato do seu exercício, sempre é já passado ou futuro e, como tal, não se pode dizer que exista naturalmente, mas apenas na memória ou na expectativa” (AGAMBEN, 2007 p. 72). O consumo mesmo é efêmero, pois não é da ordem de uma relação com o presente, e sim de um pretérito, no qual já foi comprado, ou de sua expectativa futura. Disso, leitora, deriva o nome do texto “O elogio da profanação”.

Profanar não significa simplesmente abolir e cancelar as separações, mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas. A sociedade sem classes não é uma sociedade que aboliu e perdeu toda memória das diferenças de classe, mas uma sociedade que soube desativar seus dispositivos, a fim de tornar possível um novo uso, para transformá-las em meios puros (AGAMBEN, 2007, p. 75).

Profanar, portanto, é restituir ao uso comum, trazer de volta ao mundo terreno algo que foi separado. Nos parece que as políticas identitárias comungam na fila da religião capitalística. O Euclausuramento se empreende para que nossa relação com o mundo se afaste da multiplicidade. Ao ser colocada em um pedestal, onde tudo já está controlado, a política é sufocada.

Nesse ponto, cara leitor/a, pensamos que podemos aproximar a profanação de Agamben à política conectiva que propõe Deleuze. A abertura de possíveis, o preferir não ao eterno retorno desse mesmo sufocante, se faz em comunidade. Restituir a política ao uso comum, aos vaga-lumes.

Como não conseguimos segurar a ansiedade de perguntar aos experts, o que é, então, para Deleuze ser de Esquerda? Retomemos aquele texto guardado lá em cima, “Ser de esquerda, a partir de então, significa acompanhar as linhas de fuga em todos os lugares em que elas são pressentidas; tentar, custe o que custar, conectá-las àquelas que nos abalam; favorecer assim a efetuação do possível em todos os lugares em que emerge” (ZOURABICHVILI, 2000, p. 354). Conexão dos devires

minoritários, “O intelectual perde seu papel de indicador ou de consciência: ele não propõe nada, não está à frente de ninguém” (Idem, ibidem).

A revolução das políticas – de saúde e do campo subjetivo – se faz em comunidade. “Só podemos responder ao acontecimento, porque não podemos viver em um mundo que não mais suportamos, na medida em que não mais o suportamos” (ZOURABICHVILI, 2000, p. 345). Leitora, recorda-se da citação que Jesu levou ao píer? Em que sufocávamos exatamente com o próprio oxigênio? Nos parece que Deleuze estava pedindo pela retomada do contingente à invenção de novas possibilidades de vida. Ou para citar seu companheiro Félix,

Não se pode conceber resposta ao envenenamento da atmosfera e ao aquecimento do planeta, devidos ao efeito estufa, uma estabilização demográfica, sem uma mutação das mentalidades, sem promoção de uma nova arte de viver em sociedade. Não se pode conceber disciplina internacional nesse domínio sem trazer uma solução para os problemas de fome no mundo, da hiperinflação do Terceiro Mundo. Não se pode conceber uma recomposição coletiva do *socius*, correlativa a uma ressingularização da subjetividade, a uma nova forma de conceber a democracia política e econômica, respeitando as diferenças culturais, sem múltiplas revoluções moleculares. Não se pode esperar uma melhoria nas condições de vida da espécie humana sem um esforço considerável de promoção da condição feminina. O conjunto da divisão do trabalho, seus modos de valorização e suas finalidades devem ser igualmente repensados. A produção pela produção, a obsessão pela taxa de crescimento, quer seja no mercado capitalista ou na economia planificada, conduzem a absurdidades monstruosas. (GUATTARI, 2012, p. 32, grifo no original).

Não podemos conceber um mundo em que sufocamos em todos os sentidos. É contingencial a criação de novos possíveis, ajudarmos na conexão/criação de novos afetos, para além do individualismo, do Euclausuramento da religião capitalística.

Pensando na tamanha desigualdade em que vivemos, a correnteza do fazer política nos traz várias questões. Na sociedade do deus consumo, como não cultuá-lo? Como abrir o possível para além das estratégias de subjetivação capitalística? A fórmula Bartleby nos ajudaria a profanar a política? Conseguiria restituir ao uso comum a propriedade acerca do saber/poder técnico das políticas públicas? A sua potência de preferir não seria potente a dar resposta ao eterno retorno do fascismo euclausurado? Em tempos de intensa luz das propagandas, como observar os vagalumes?

Considerações Finais

Os ventos da lagoa trouxeram nuvens carregadas à essa manhã. O sol quase não pode dar as caras. Costumeiramente, seu Souza se levantou bem cedo, mas dessa vez deixou seus rapazes dormirem até mais tarde. Sabia que o dia anterior havia sido muito desgastante. De velho o pescador só tem a longa experiência de vida. Inquieto com o tempo chuvoso e, principalmente, por não ter controle sobre a deriva, passou a limpar o pescado.

Os meninos despertaram quando a chuva apertou. Embora o tempo convidasse à cama, seu Souza decidiu acordá-los. Já era dez da manhã, de modo que, em sua cabeça de avô, eles não almoçariam se o café saísse tarde. Assim, a primeira coisa que avistaram ao abrirem os olhos foi o velho pescador parado na porta, com um avental de serviço, cheio de escamas em cima de sua camisa xadrez, trazendo duas canecas de leite com café, uma em cada mão.

O reboque chegou apenas após o almoço. Seu Souza preparou um belo peixe. Mesmo que os meninos tivessem acabado de tomar um café colonial, eles ainda assim arranjarão espaço no estômago. Após os pratos serem limpos – vocês já devem ter percebido, o pescador é linha dura mesmo nas horas de folga – ficaram conversando a espera do socorro, porém não tocaram no assunto dos vaga-lumes da noite anterior.

Os três não viam a hora de chegar em casa, coisa que aconteceu quase ao anoitecer. Jesu tinha marcado um encontro com uma das garotas do “Ar píer” para a noite anterior, quando já deveriam ter voltado. Assim, passou o dia agitado, pois não tinha seu número para avisá-la. Henrique precisava terminar o relatório de estágio, porém estava tranquilo. Como todo bom estudante, já iria deixar a tarefa para última hora. Agora, ao menos possuía uma desculpa melhor para lidar com sua frustração, do que ter gasto seu tempo no *Facebook*. Sentiu apenas de não ter podido participar do ato pelo “Fora Temer” ocorrido durante esse fim de semana. Seu Souza havia limpo quase a metade dos peixes durante a tarde, porém, o fez mecanicamente. Estava com a cabeça longe, em sua companheira.

Finalmente, ao desembarcarem, Jesu conseguiu perguntar o que tinha acontecido com seu Souza. O velho passou o dia todo estranho, não deu bronca em ninguém, fez o trabalho praticamente sozinho e nem reclamou. Como o patrão se

dirigiu à associação – precisava acertar a venda dos peixes e pagar pela assistência – Henrique pode contar o que ocorrera.

No momento em que chegaram em casa, Henrique foi direto à estante. Pegou um exemplar antigo, escrito pela poetiza Maria José e o entregou para Jesu. Era um livro de poemas da dona Maria, a avó de Henrique. Cerca de dez anos atrás, a esposa de seu Souza passou a ter dificuldades em escrever, vez por outra, tinha uns lapsos em que não se lembrava de certas palavras. Com o passar do tempo, ela já nem conseguia narrar os romances nos períodos de folga com seu marido. Após alguns exames foi constatado: era Alzheimer.

Seu Souza tem mais um vocativo que foi omitido até aqui, dona Maria o chamava de Pirlampo. Ambos, como não havia iluminação artificial na época em que começaram a namorar, adoravam sair pela lagoa à caça noturna de vaga-lumes. O carinhoso apelido saiu de uma dessas, à noite dos vaga-lumes, em que foram pegos pelo pai de dona Maria – este nunca aceitou a cor da pele do velho pescador. Com o avançar da doença, dona Maria já não foi mais capaz de reconhecer seu Souza, que agora habita um corpo desgasto dos anos de trabalho na lagoa. O Pirlampo foi passado à Henrique, dada a semelhança às feições de seu avô quando jovem. O velho pescador, com quem compartilhou poemas, romances, tempestades, a vida, é hoje, alguém indiferente.

As explicações de Henrique cessaram ao ouvirem o seu Souza chegar da associação. Ao encontrar os dois conversando, o velho pescador diz: “Ah! Vocês estão lendo o ‘Nenhum Olhar é Estável’, sua vó ficaria feliz de ver isso, foi o único livro que a deixaram publicar”. Os dois ficam meio desconcertados, mas rapidamente seu Souza rompe o silêncio: “Toma aqui Jesu – entregando o pagamento da semana – e vê se não vai gastar na suas porcaria, hein guri”.

Nenhum Olhar é Estável

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Nele está desenhado um anjo que parece estar na iminência de se afastar de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, seu queixo caído e suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Onde *nós* vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa a seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar seus fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força

que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas diante dele cresce até o céu. É a *essa tempestade* que chamamos progresso. (BENJAMIN, 2012, p. 245-246).

Estimada leitora, mais uma vez precisamos saber se está devidamente confortável e preparada para a finalização de nossa carta náutica. Na verdade, não é bem um fim que pretendemos, e sim, contribuir humildemente com pensamentos inacabados, com suspeitas que possam ser produtoras de novas ações/relações com o mundo. Nesse sentido, esperamos que esteja bem agasalhada para o nosso até breve, faz muito frio nesse início de inverno.

Para começarmos esse não terminar, precisamos, antes de mais nada, colocar a máscara do navegador/cartógrafo. Assim, poderemos esboçar o desenho de nossa carta náutica. Navegamos com Jesu para problematizar o modo Euclausurado de estar no mundo, irmos em busca de sua emergência, seu funcionamento com a biopolítica, e posteriormente para refletirmos acerca do fazer política em meio às políticas de subjetivação Euclausuradas.

Dos ares mais irrespiráveis, do consultório política à noite dos vaga-lumes, nenhum olhar é estável.

São várias as entradas para essa síntese inconclusiva da navegação. Poderíamos tentar com o Bartleby de Agamben, colocando o seu preferiria não na pirâmide barroca dos possíveis; com Jesu, respondendo seu patrão, ou continuando sua narrativa; com Foucault, em uma citação pensando a alma moderna. Solicitar auxílio aos rabiscos de nosso diário de bordo. Mas preferimos optar pela imagem do anjo de Klee, pois além da impactante metáfora com a imagem da história de Benjamin, nos parece que em seu olhar, nada é estável.

Nesse mesmo livro de obras escolhidas de Walter Benjamin, do qual retiramos a citação ali de cima, temos um texto bem pequeno, de 1933, que versa sobre as pobres relações que a tempestade moderna nos impele. Em “Experiência e Pobreza”, Benjamin (2012) nos diz que ao nos relacionarmos com o mundo pura e unicamente através da técnica, somos relegados à pobreza. Em contrapartida, a experiência seria uma vivência digna de ser transmitida oralmente como um tesouro a quem as escuta. Para o autor, a modernidade tecnicista afugenta o diálogo e formata relações vazias, empobrecidas. Lembrando também que as histórias narradas nunca são exatamente iguais quando contadas por uma segunda, terceira

vez, além do que, esses espaços são de troca, sendo concedidos lugares de composição entre aquele que narra e seus ouvintes.

Dessa forma, pensamos que podemos aproximar essa queda da experiência às políticas de Euclausuramento. Se pensarmos com Guattari e Rolnik (2013) em que a subjetivação capitalística tenta a todo custo e momento modelizar os processos de singularização à sua lógica identitária, temos nessa proposição um forte indício da pobreza de Benjamin. Também podemos trazer aqui o culto ao Deus capital de Agamben (2007), este que faz a museificação do mundo, em sua política de separação de todas as coisas à propriedade.

Se navegarmos aos ares mais irrespiráveis, nessa correnteza temos a emergência dos eus clausurados. Nesse vetor, observamos as micro estratégias com que o corpo foi se tornando uma mera peça ao avanço industrial do sistema capitalista. Na sociedade disciplinar, os viventes foram se moldando às instituições de sequestro, com seu corpo-máquina sendo individualizado sob as luzes panópticas do olho-disciplina. Durante esse processo histórico, temos ainda a invenção das ciências humanas, para que o Euclausuramento pudesse ser subsidiado por saberes técnicos e verdadeiros, ou se quiser, leitor, os discursos de verdade concederam as possibilidades necessárias à individualização/controlado dos corpos.

Na maré biopolítica, trouxemos outra forma de governo dos corpos exercido pelo Estado Moderno, o controle biológico. Assim, buscamos colocar em questão o trabalho dos profissionais com as políticas públicas. A partir do Jesu, tentamos navegar pelo funcionamento do Euclausuramento, visto as políticas identitárias serem uma peça fundamental ao agenciamento entre as técnicas biopolíticas e as estratégias da gerência na governamentalidade. Tais técnicas provenientes dos ares mais irrespiráveis, do saber-poder Euclausurado. Ainda que bem intencionadas, facilmente são capturadas à manutenção dos processos capitalísticos. Outra linha apresentada foi o olhar de Agamben acerca do conceito. Este afirma os campos de concentração nazistas como o paradigma da biopolítica contemporânea. Essa forma de gestão produz apenas corpos sobreviventes, e não o fazer viver e deixar morrer, como na famosa sentença biopolítica de Foucault.

Junto aos vaga-lumes, percorremos as ondas do fazer política. Nesta, procuramos por suspeitas, indícios de como agir politicamente para tentar dar resposta ao desespero do eterno retorno das políticas de subjetivação capitalísticas,

que modelizam o Euclausuramento de uma maneira ainda mais sutil. Navegamos em busca da abertura de novos possíveis para restituir a política ao uso comum e ao campo da potência – do poder e não poder, a um só tempo –, visto que o deus consumo privatiza todas as relações. Dessa forma, trouxe a ética de uma personagem menor, o escriba Bartleby, para tentar preferir não às viradas da ampulheta. Não, não suportaríamos viver a eterna volta do fascismo iluminado, da extrema pobreza – de experiência e, principalmente, da fome no mundo.

Mas lembremos, leitor, como escreveu a poetiza da lagoa: nenhum olhar é estável. Navegamos por pistas, dúvidas, cheiros, pequenos marulhos que possam produzir diferença e invenção de espaços de menos sufoco. Dessa forma, a nossa carta náutica do Euclausuramento está em devir, não fechada em si mesma. Precisamos ainda percorrer outras marés que a compõem. E como nenhum olhar é estável, nós não iremos grafá-la como algo pronto, e sim como uma produção ainda à deriva das diversas forças.

Se assumirmos que o mundo está em constante mutação, nosso próprio objeto de escrita sofreu dessa instabilidade. Os acontecimentos ocorrem ao acaso, são várias as possibilidades quando estamos à espreita. Ao iniciarmos nossa navegação quanto as políticas identitárias, tropeçamos em um erro. O “Euclausuramento” surgiu de falha de digitação, queríamos escrever “Enclausuramento”, porém, por algum motivo sem explicação, estava em nossa tela a clausura do Eu.

Pensando melhor, o que poderemos escrever como produto desse mapa são questionamentos. Dessa forma, das correntezas percorridas, retomemos algumas questões: a maré disciplinar não traz consigo a contradição dos sujeitos livres? Em meio às ondas biopolíticas, como trabalhar com políticas públicas sem euclausurar? Quais os deveres éticos e políticos do trabalho profissional na rede pública? Se assumirmos a tese da biopolítica de Agamben, de modo que ela produz apenas sobreviventes de um mega campo de concentração, aproximando essa imagem à queda na experiência, será isso uma pista da nossa extrema pobreza? Na sociedade do deus consumo, como abrir o possível para além das estratégias de subjetivação capitalística? A fórmula do escrivão nos ajudaria restituir ao uso comum a propriedade acerca do saber/poder técnico das políticas públicas? A sua potência de preferir não seria potente a dar resposta ao eterno retorno do fascismo

euclausurado? Em tempos de intensa luz das propagandas, como observar os lampejos de (r)existência em comunidade dos vaga-lumes?

Querida leitora, para a difícil tarefa de entregar a navegação, achamos que uma última e breve narrativa pudesse nos ajudar.

Se nos permite.

Ao final de um dos semestres de estágio, os anjos se misturaram à experiência. Ao término do período se findava também o ano letivo da acanhada escola de uma comunidade carente da qual fazíamos observação. As crianças, assim como o colégio, eram pequenas e estavam em processo de alfabetização. As dificuldades a essa ocupação eram enormes: espaço físico precário, os professores recebiam abaixo do piso salarial, vez por outra faltavam materiais de ensino e o pior, merenda era luxo.

No meio de toda essa angustia, sentados em uma carteirinha infantil, assistíamos as atividades de uma das turmas. Em clima natalino, a professora resolveu dar uma folha com a figura de um anjo para os alunos decorarem. Quando terminaram de pintar, as crianças foram instruídas a os recortarem e colarem as suas extremidades. Com isso, se formaram diversos anjos coloridos. Estes ficavam de pé, pois seu desenho no papel sulfite tinha um formato de cone cilíndrico, de modo que quando colados, sua base circular os fazia parar em pé. Esse corpo cônico ainda era acompanhado de asas e, diferente do quadro de Klee, um rosto a sorrir.

Naquele dia, quando as crianças se aprontavam para voltar para casa, os anunciamos que estávamos finalizando nosso período de estágio, dizendo que a próxima semana seria a última. Após o comunicado, nos dirigimos ao portão. Durante o estágio, adquirimos o hábito de esperar os alunos se encaminharem aos familiares, para só depois deixarmos o local. Nesse movimento, conseguimos observar que uma das crianças, diferentemente das demais – por sinal, uma das mais carentes –, sempre voltava para casa acompanhada de um irmão mais velho. Evidentemente, leitor, nem tão mais velho assim.

Após o pátio ter se esvaziado, dissemos até logo aos professores e tomamos o rumo de casa. Quase virando a esquina, somos surpreendidos por uma voz fininha: “psor, toma aqui”. Com os olhos cheios d’água, recebemos o pequeno anjo – até sujamos a mão com o glitter que o enfeitava. Nos despedimos num breve abraço. O menininho deu meia volta e saiu correndo ao seu irmão que o esperava

na outra quadra, nos deixando absortos e sem reação por alguns instantes, daqueles tão intensos que duram horas.

Aquele presente de despedida esteve em nossa escrivaninha por muito tempo. Um belo dia, imersos nos estudos do TCC, aconteceu um pequeno acidente e o anjo se desfez. A professora havia solicitado aos seus pequenos que deixassem os anjinhos bem bonitos, pois estes deveriam ser entregues a alguém que eles gostassem muito – os sugerindo suas mães, pais, ou avós. Depois de tanto tempo, ainda decepcionados por termos danificado nosso singelo anjinho, esse estrago nos fez notar que tinha algo escrito no interior de seu corpo cônico. Estava redigido com a grafia de quem acabara de entrar no mundo das letras:

“Agradecemos por navegar até aqui”.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O Que Resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. (Homo sacer III). Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

_____. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ª ed., 2014.

_____. **Bartleby, ou da Contingência**. Trad. Vinicius Honesko. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.

BARROS, Regina Benevides & PASSOS, Eduardo. Clínica, política e as modulações do capitalismo. **Lugar Comum**, n. 19-20, p.159-171, 2009. Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Cl%C3%ADnica%20pol%C3%ADtica%20e%20as%20modula%C3%A7%C3%B5es%20do%20capitalismo%20-%20Eduardo%20Passos%20e%20Regina%20de%20Barros.pdf. Acesso dia: 12/04/2016.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., 2012. (Obras Escolhidas v.1)

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **DECRETO Nº 7.637, de 8 de dezembro de 2011**.

_____. **Cartilha: Crack é possível vencer**. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011**.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **PORTARIA ministerial nº 121, de 25 de janeiro de 2012**.

CAMPOS, Gastão Wagner. **A clínica do sujeito: por uma clínica Reformulada e Ampliada**. In: **Saúde Paidéia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

CASTRO, Edgardo. **Biopolítica: orígenes y derivas de un concepto**. In: **Biopolítica, Gubernamentalidad, educación, seguridad**. Buenos Aires: UNIPE: Editorial Universitaria, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Claudia Sant' Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 9ª reimpressão, 2013a.

_____. **Bartleby, ou a fórmula.** *In: Crítica e Clínica.* Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2ª ed., 1ª reimpressão, 2013b.

_____. **Conversações.** Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 3ª ed., 2014.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **20 de novembro de 1923 – Postulados de linguística.** *In: Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia 2, vol 2.* Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2ª ed., 2011.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes.** Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FIGUEIREDO, Luís Claudio & SANTI, Pedro Luiz Ribeiro. **Psicologia uma (nova) introdução; uma visão histórica da psicologia como ciência.** São Paulo: EDUC, 2ª ed., 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as formas Jurídicas.** Trad. Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013a.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2013b.

_____. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola. 24ª ed., 2014a.

_____. **“Os Intelectuais e o Poder”; “O Nascimento da Medicina Social”; “A Governamentalidade”.** *In: Microfísica do Poder.* Trad. Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 28ª ed., 2014b.

_____. **Direito de Morte e Poder sobre a Vida.** *In: História da Sexualidade: A vontade de saber.* Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª Ed, 2015.

GUATARRI, Félix. **Caosmose: Um novo paradigma estético.** Trad. Ana Lúcia Costa e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2ª ed., 2012.

GUATARRI, Félix & ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 12ª ed., 2013.

MEDEIROS, Patrícia Flores; BERNARDES, Anita Guazzelli; GUARESCHI, Neuza. **O Conceito de Saúde e suas Implicações nas Práticas Psicológicas.** *Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Set-Dez, Vol. 21 n. 3, p. 263-269, 2005.*

MELVILLE, Herman. **Bartleby, o Escrivão: Uma história de Wall Street.** Trad. Irene Hirsch São Paulo: Cosac Naify. 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência.** Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhias das Letras, 2012.

Part Z - Abecedário Deleuze.mpg. Abecedário Gilles Deleuze. Realização de Pierre-André Boutang. Entrevista feita por Claire Parnet, foi filmada nos anos 1988-1989. Tradução e Legendas: Raccord. 4'30", 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FPp8uC2WqYc>. Acesso dia: 29/11/2015.

PELBART, Peter Pal. **Manicômio Mental: a outra face da clausura.** *In:* LANCETTI, Antônio. **Saúde Loucura.** n.º 2. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.

_____. Biopolítica. **Rev. Sala Preta**, São Paulo, v.7, p. 57-66, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57320/60302>. Acesso dia: 04/04/2016.

PELOTAS. Prefeitura Municipal. Gabinete do Prefeito. **Decreto municipal Nº 5.546, de 02 de julho de 2012.** Disponível em: http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/decretos/2012/Decreto5546.pdf. Acesso em: 21/05/2016.

PRADO FILHO, Kleber. **Para uma genealogia da psicologia.** *In:* GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; AZAMBUJA, Marcos Adegas; HÜNNING, Simone Maria. **Foucault e a Psicologia na produção do conhecimento.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

PRADO FILHO, Kleber; LOBO, Lilia Ferreira; LEMOS, Flávia Cristina Silveira. A história do presente em Foucault e as lutas atuais. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 29-42, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922014000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso dia 14/05/2016.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental.** Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS, 2ª ed., 2014.

SOUZA, Tadeu de Paula. O nascimento da biopolítica das drogas e a arte liberal de governar. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 979-997, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922014000300979&lng=en&nrm=iso>. Acesso dia 13/05/2016.

Unidade de Acolhimento Infante-Juvenil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/index.html>. Acesso dia: 01/05/2016.

ZOURABICHVILI, François. **Deleuze e o Possível: sobre o involuntarismo na política.** *In:* ALLIEZ, Éric. **Gilles Deleuze: uma vida filosófica.** Trad. Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 2000.